

## Índice

---

### 5. Gerenciamento de riscos e controles internos

5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos	1
5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado	4
5.3 - Descrição - Controles Internos	6
5.4 - Programa de Integridade	9
5.5 - Alterações significativas	12
5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e controles internos	13

### 10. Comentários dos diretores

10.1 - Condições financeiras/patrimoniais	14
10.2 - Resultado operacional e financeiro	47
10.3 - Efeitos relevantes nas DFs	50
10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases	53
10.5 - Políticas contábeis críticas	54
10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs	56
10.7 - Coment. s/itens não evidenciados	57
10.8 - Plano de Negócios	58
10.9 - Outros fatores com influência relevante	61

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

### 5.1 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

- a) **se o emissor possui uma política formalizada de gerenciamento de riscos, destacando, em caso afirmativo, o órgão que a aprovou e a data de sua aprovação, e, em caso negativo, as razões pelas quais o emissor não adotou uma política**

A Companhia possui uma Política de Gerenciamento de Riscos formalizada, aprovada em 12 de maio de 2020, pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração da Companhia, a qual está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção "Governança Corporativa", "Políticas".

- b) **Os objetivos e estratégias da política de gerenciamento de riscos, quando houver, incluindo:**

#### ***I. Os riscos para os quais se busca proteção***

A Companhia busca proteção, em especial para os riscos descritos no item 4.1. deste formulário de referência. Adicionalmente também busca proteção contra riscos menos relevantes, sendo todos eles classificados, conforme sua natureza, nas seguintes categorias:

- Riscos Estratégicos;
- Riscos Financeiros;
- Riscos de Compliance / Regulamentar;
- Riscos de Tecnologia da Informação e Cyber Security;
- Riscos Operacionais;
- Risco de Imagem.

#### ***II. Os instrumentos utilizados para proteção***

A Companhia busca, através de um processo estruturado, mitigar seus riscos avaliando impacto e probabilidade dele se materializarem.

Nossa Política de Gerenciamento de Riscos prevê as seguintes etapas neste processo:

##### **(1) Fixação de Objetivos**

Consiste da definição e documentação dos objetivos e metas da gestão de riscos com base na estratégia de gestão de riscos e no plano estratégico da Companhia, deixando claros ao menos os objetivos e metas (1) estratégicas, (2) financeiras, (3) de abordagem aos clientes, (4) operacionais, (5) objetivos de aprendizado e desenvolvimento contínuo, (6) de comunicação interna e externa e (7) de conformidade.

##### **(2) Identificação dos Riscos**

O processo de captura e identificação de riscos consiste na execução de atividades específicas, como mapeamento de processos, entrevistas com os gestores responsáveis de cada área/segmento de negócio e o levantamento de perdas ocorridas no passado, com o intuito de estabelecer as matrizes de riscos e controles e mantê-las constantemente atualizadas, com base nos eventos que possam impactar os objetivos estratégicos e de negócio da Companhia.

A área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna atuará como facilitadora e consolidadora no processo de identificação e atualização dos riscos da Companhia.

##### **(3) Avaliação de Riscos**

Nesta etapa do processo a Companhia refina o entendimento do nível e natureza dos riscos, quantificando estes em termos de probabilidade e impacto de acordo com sua capacidade de afetar as atividades da Companhia em curto, médio e longo prazo.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

Toda a metodologia de avaliação, ponderação e priorização dos riscos será proposta pela área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna e validada pelo Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia, contemplando minimamente (podendo ser utilizada uma combinação de cada uma delas) as etapas de (1) Categorização (2) Estabelecimento de Critério para Cálculo da Severidade e (3) Elaboração de Mapa dos Riscos.

### (4) Respostas (tratamento) aos Riscos

Após avaliar e classificar os riscos a administração determinará como pretende responder a eles. Tais respostas devem estar em linha com o apetite de riscos definido pelo Conselho de Administração. Cada risco identificado e avaliado pode ter uma ou mais respostas. A administração pode adotar as seguintes respostas aos riscos:

- (i) Evitar: descontinuação das atividades que geram os riscos. Evitar riscos pode implicar, como por exemplo, a descontinuação de uma linha de serviços;
- (ii) Reduzir: são adotadas medidas, por meio de planos de ação, para reduzir a probabilidade ou o impacto dos riscos, ou, até mesmo, ambos;
- (iii) Compartilhar: redução da probabilidade ou do impacto dos riscos pela transferência ou pelo compartilhamento de uma parte do risco, como por exemplo, a terceirização de uma atividade ou a contratação de seguros;
- (iv) Aceitar: nenhuma medida é adotada para afetar a probabilidade ou o grau de impacto dos riscos.

### (5) Atividades de Controle

As áreas de negócio possuem o papel de implementar e garantir a continuidade operacional dos controles internos associados às suas atividades, garantindo que os riscos residuais estejam alinhados ao nível de apetite e tolerância estabelecidos e validados pelo Conselho de Administração. A Vice-Presidência de Compliance, subordinada a Presidência e a área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna atuará ativamente no processo de identificação e avaliação de controles internos por meio de revisões de processos, investigações pontuais e auditorias internas.

### (6) Comunicação

As informações pertinentes devem ser identificadas, coletadas e comunicadas de forma coerente e em prazo hábil, a fim de permitir que as pessoas cumpram as suas responsabilidades. A comunicação eficaz deve ocorrer em todos os níveis da organização, de modo que cada colaborador entenda a sua função no gerenciamento de riscos corporativos, assim como as atividades individuais que se relacionam com o trabalho dos demais. Deve haver, também, uma comunicação eficaz com terceiros, como clientes, fornecedores, órgãos reguladores e acionistas. Os sistemas de gestão de riscos devem permitir o acompanhamento através de indicadores e dashboards, possibilitando a tomada de decisão baseadas em dados relacionados aos objetivos.

### (7) Monitoramento e Análise Crítica

A estrutura de controles internos deve ser monitorada para avaliar a qualidade e a atualização dos controles no tempo. Esse objetivo é atingido mediante atividades recorrentes de monitoramento ou avaliações independentes periódicas, ou, ainda, por uma combinação desses dois mecanismos. As principais atividades de monitoramento incluem conciliações, acompanhamento de comunicações de agentes externos, inventários, auditorias, autoavaliações e verificação contínua.

## **III. A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos**

A estrutura organizacional de gerenciamento de riscos da Companhia é composta pela área de Vice-Presidência de Compliance, a qual responde diretamente ao Presidente do Conselho de Administração e pela área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna que reporta-se ao comitê de assessoramento do Conselho, que é o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. As áreas atuam de forma conjunta com o Presidente e demais Diretores da Companhia, sendo estes também parte fundamental da estrutura de gerenciamento de riscos.

A área de Auditoria Interna está inserida na área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna e tem como função avaliar os processos de forma independente, verificar sua conformidade com as políticas e normas adotadas pela Companhia e eventuais casos de fraude, desvio de recursos ou danos ao patrimônio. A Auditoria Interna ainda, realiza averiguações com base na matriz de riscos, na matriz de controles internos e nas considerações da liderança (Diretor Presidente,

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.1 - Descrição - Gerenciamento de riscos

demais Diretores e Gerentes Gerais) e dos membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Vale mencionar, ainda, que a auditoria interna da Companhia está inserida nos trabalhos de controles internos e adequação dos processos relativos à gestão de riscos, alinhados com relação à complexidade de suas atividades, em razão do porte da Companhia.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia é formada por três membros efetivos, eleitos pelo Conselho de Administração, sendo um deles o coordenador, o qual tem como principais funções: (i) convocar e presidir as reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (ii) coordenar e definir a pauta das reuniões; (iii) assegurar que os membros do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos recebam informações completas e tempestivas sobre os itens da pauta das reuniões; (iv) assegurar a eficácia e bom desempenho do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (v) cumprir e fazer cumprir o Regimento Interno do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos; (vi) propor, quando necessário, o convite a especialistas para participarem de reuniões; (vii) representar o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos no seu relacionamento com o Conselho de Administração e com a Diretoria da Companhia; (viii) reportar periodicamente os temas discutidos nas reuniões do Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos ao Conselho de Administração. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos da Companhia tem entre suas atribuições a de assessorar o Conselho de Administração, ao qual se reporta, no monitoramento e controle da qualidade das demonstrações financeiras, nos controles internos, no gerenciamento de riscos e Compliance. Além disso, nosso Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é formado exclusivamente por membros independentes, tendo um de seus membros experiência comprovada na área contábil-societária, de controles internos, financeira e de auditoria. Para outras informações sobre Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, vide item 12.1 deste Formulário de Referência.

### **c) a adequação da estrutura operacional e de controles internos para verificação da efetividade da política adotada**

A Companhia possui uma estrutura de controles adequada no contexto de suas operações, que permite monitorar e avaliar os riscos relacionados aos seus negócios e possíveis impactos nas operações, atuando na mitigação dos mesmos sempre que necessário.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado****5.2 - POLÍTICA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS DE MERCADO****a) Formalização de política de gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia possui uma política de gestão de riscos aprovada em 12 de maio de 2020, pelo Comitê de Auditoria, Compliance e Gestão de Riscos e pelo Conselho de Administração da Companhia, conforme item 5.1 deste Formulário. A política traz os riscos categorizados de acordo com suas classificações e, dentre estas, estão incluídos os riscos de mercados.

A Política de Gerenciamento de Riscos está disponível no site de Relações com Investidores da Companhia (<http://ri.animaeducacao.com.br/>), na seção “Governança Corporativa”, “Políticas”.

**b) Objetivos, estratégias e instrumentos da política de gerenciamento de riscos de mercado****I. riscos para os quais se busca proteção**

Os administradores, como forma de buscar proteção contra mudanças no comportamento das taxas de juros, a variação cambial, de empréstimos e financiamentos contratados tanto em moeda nacional como em moeda estrangeira e subordinados a taxas de juros vinculadas ao CDI, contrataram operações de swap para os empréstimos atrelados ao dólar a fim de garantir total segurança em relação à exposição cambial. Adotamos práticas de gerenciamento dos riscos de mercado por meio de estratégias operacionais e controles internos avaliados pela Diretoria, visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança de nossos instrumentos financeiros expostos aos riscos. Essas práticas consistem, no âmbito da estrutura de gerenciamento de riscos, em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado.

Adicionalmente, tendo em vista a natureza de nossas atividades, entendemos que não há necessidade de buscar proteção especial para qualquer outro tipo de risco. Além disso, nós e nossas controladas não efetuamos aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco e evitamos assumir posições expostas a flutuações de valores de mercado, operando apenas instrumentos que permitam controles de riscos, principalmente das nossas disponibilidades indexadas à variação do CDI. Para mais informações sobre nosso endividamento, vide itens 3.7, 3.8 e 10.1 deste Formulário de Referência.

**II. estratégia de proteção patrimonial (hedge)**

Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não possuímos instrumentos financeiros derivativos visando proteção patrimonial, dado que os riscos aos quais estamos sujeitos, tanto no ativo quanto no passivo, não têm magnitude que justifique tais transações.

**III. instrumentos utilizados para proteção patrimonial (hedge)**

Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não utilizamos instrumentos financeiros de proteção patrimonial, tais como contratos de *hedge* por entender que, os riscos do nosso negócio não justificam este tipo de proteção.

**IV. parâmetros utilizados para o gerenciamento desses riscos**

Buscamos gerir nosso fluxo de caixa estabelecendo critérios de posição de caixa mínimo. As aplicações financeiras, de alta liquidez, são realizadas por meio de definição de estratégias conservadoras, visando principalmente segurança e rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se substancialmente a Certificados de Depósitos Bancários e fundos de investimentos atrelados à variação do CDI.

Com relação ao nosso passivo bancário, adotamos a mesma estratégia de gerenciamento de risco, com todos os empréstimos indexados pelo CDI. Assim, ativos e passivos financeiros equilibram-se nos riscos de mercado reduzindo nossa exposição.

**V. se o emissor opera instrumentos financeiros com objetivos diversos de proteção patrimonial (hedge) e quais são esses objetivos**

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.2 - Descrição - Gerenciamento de riscos de mercado**

A Companhia não efetua aplicações em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco de caráter especulativo. Com exceção das operações de swap atreladas à nossa dívida em dólar conforme citado no item acima, não utilizamos instrumentos financeiros, tais como contratos de derivativos.

***VI. estrutura organizacional de controle de gerenciamento de riscos***

A administração da Companhia, nos termos da política de gerenciamento de riscos, avalia continuamente os efeitos da exposição da taxa de juros sobre seus ativos e passivos, e quando avalia necessário realiza a contratação de instrumentos financeiros derivativos. Tal monitoramento e avaliação são realizados pela Diretoria Financeira da Companhia e acompanhados pela área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna, a qual é subordinada ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

***c) Adequação da estrutura operacional e controles internos para verificação da efetividade da política adotada***

Conforme mencionado na seção 5.1, a Companhia possui uma estrutura de controles adequada no contexto de suas operações, que permite monitorar e avaliar os riscos relacionados aos seus negócios e possíveis impactos nas operações.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

### 5.3 - DESCRIÇÃO DOS CONTROLES INTERNOS

#### **a) principais práticas de controles internos e grau de eficiência de tais controles**

A Administração da Companhia é responsável por estabelecer controles internos necessários para garantir a efetividade dos processos internos, dos fluxos de informação e permitir a elaboração e divulgação das Demonstrações Financeiras livres de distorções relevantes, garantindo, em todos os aspectos relevantes, a confiabilidade dos relatórios financeiros e a preparação das Demonstrações Financeiras para divulgação no mercado, de acordo com as normas de contabilidade. Ainda que os controles internos sobre os relatórios financeiros possam não prevenir ou não detectar todos os erros devido às suas limitações inerentes, a Administração acredita que no período de doze meses encerrado em 31 de dezembro de 2021, a Companhia mantinha controles internos eficientemente adequados sobre os relatórios financeiros, capazes de detectar e corrigir os erros relevantes.

#### **b) estruturas organizacionais envolvidas**

As Diretorias da Companhia, subordinadas à Presidência, são as responsáveis por criar e manter os controles internos necessários em suas respectivas áreas para garantir a efetividade dos processos e fluxos de informação. As Demonstrações Financeiras são elaboradas pela Vice-Presidência Financeira, à qual estão subordinadas a área contábil e o planejamento financeiro.

Dentro da estrutura da Controladoria, a área de controles internos é responsável pelo processo de implementação e monitoramento de controles para identificar e mitigar potenciais erros que possam afetar de maneira relevantes as Demonstrações Financeiras. Por meio de um programa de monitoramento mensal, eventuais falhas de controles relevantes para as Demonstrações Financeiras são identificadas e solucionadas dentro do período contábil de competência e em casos de sejam identificadas falhas na operação dos controles, são definidos e executados planos de ação para resolução dos problemas.

A Companhia possui ainda a área de Gestão de Riscos e Auditoria Interna, responsável pela realização de trabalhos voltados aos processos internos e auditorias específicas, a que reporta suas atividades ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, órgão não estatutário, composto por dois Conselheiros independentes e por um Especialista externo, comitê este que, por sua vez, é órgão de assessoramento ao Conselho de Administração da Companhia e cujas atribuições são aprovadas por este. São atribuições da área de Auditoria Interna da Companhia::

(i) Proceder a avaliação e entendimento do ambiente de riscos e controles da Companhia e suas controladas, incluindo as operações que ocorrem nos campi; (ii) verificar o funcionamento dos controles internos da organização através de testes sobre os mesmos, sempre com uma abordagem de parceria com as áreas auditadas e com objetivo de incentivar as melhorias de qualidade dos processos e redução de riscos, evitando abordagens meramente punitivas; e (iii) realizar auditoria contínua dos processos críticos de negócio, em conjunto com as respectivas áreas operacionais.

#### **c) se e como a eficiência dos controles internos é supervisionada pela Administração**

A Administração da Companhia supervisiona a eficiência dos controles internos através do programa de monitoramento executado pela área de controles internos e por meio de trabalhos da área de Auditoria Interna, que reporta periodicamente eventuais deficiências para o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos. Para as deficiências eventualmente encontradas são elaborados plano de ação pelos departamentos responsáveis pela execução dos processos onde reside o controle a ser aprimorado, com responsáveis e prazos de implantação. Os planos de ação de implementações de melhorias de controle são acompanhados mensalmente pela Auditoria Interna e reportados ao Comitê de Auditoria e Riscos até serem incorporadas ao ambiente de controles, quando então voltam a ser testados no próximo ciclo de testes da Auditoria Interna. Anualmente os resultados dos trabalhos de gestão de riscos e *compliance*, incluídos aí os trabalhos de auditoria sobre os controles internos, são apresentados e discutidos com o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

Adicionalmente, com a integração da Laureate Education foi estruturada uma área dedicada a controles internos vinculada à Controladoria na Vice-Presidência de Finanças, responsável por aumentar a profundidade e experiência em relação ao tema dentro das equipes de TI, contabilidade e finanças, desenhando e implementando processos, sistemas e controles internos que suportam as Demonstrações Financeiras

Mensalmente é realizado um trabalho de monitoramento dos controles internos já implementados nas instituições de ensino adquiridas da Laureate, através do qual eventuais deficiências são acompanhadas e planos de remediação são estruturados para resolver as falhas identificadas. Além disso, está em andamento um projeto de implementação de

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

controles nas demais instituições parte do Ecossistema Ânima, para os processos relevantes que suportam as Demonstrações Financeiras.

### ***d) deficiências e recomendações sobre os controles internos presentes no relatório do auditor independente.***

A auditoria externa, em conexão com a auditoria das Demonstrações Financeiras da Companhia, avalia o sistema contábil e os controles internos a fim de obter entendimento dos controles que consideram relevantes para o processo de auditoria, com objetivo de avaliar e identificar riscos que distorçam de forma relevante as Demonstrações Financeiras. Para o período encerrado em 31 de dezembro de 2021, a PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes, informou à Companhia sugestões de aprimoramento de alguns dos controles internos. Os seguintes pontos foram identificados como deficiências significativas na avaliação do auditor independente e suas respectivas recomendações:

#### **Deficiências em processos de negócios**

Com base em diagnóstico realizado a Administração identificou deficiências significativas quanto ao desenho, implementação e operação de atividades de controle em processos de negócios que são relevantes para as demonstrações financeiras da Companhia, incluindo (i) controles de revisão, (ii) segregação de funções entre processos de negócios, (iii) políticas de documentação e (iv) formalização de transações complexas e incomuns.

Recomenda-se que a Administração conclua o processo de mapeamento de riscos e controles visando a elaboração de uma matriz de controles que irá orientar na revisão dos processos de negócios, o desenho dos controles e o teste de sua efetividade de forma periódica.

#### **Aprimorar o processo de gestão de acessos**

Também com base em diagnóstico realizado, a Administração identificou deficiências significativas no desenho, implementação e operação de controles gerais de tecnologia da informação ("ITGC") para sistemas de informação que são relevantes para a preparação das demonstrações financeiras da Companhia, principalmente em relação a:

- (i) manutenção de controles de gerenciamento de mudanças de programa para assegurar que os programas de TI e as mudanças de dados que afetem as finanças, os aplicativos de TI e os registros contábeis subjacentes são identificados, testados, autorizados e implementados adequadamente;
- (ii) manter controles de operações de computador para garantir que os sistemas de produção sejam processados de forma completa e precisa, e os backups de dados sejam autorizados e monitorados;
- (iii) manter controles de acesso de usuários para garantir a segregação adequada de funções e que o acesso a aplicativos e dados financeiros seja adequadamente restrito ao pessoal apropriado.

Recomenda-se que:

- (i) seja implementado um controle formal para o processo de gestão de mudanças, de forma a assegurar que para toda mudança haverá um chamado correspondente, evidenciando o teste de homologação realizado e aprovação do usuário solicitante antes que a mudança seja colocada em produção
- (ii) seja criado controle manual que possua frequência e responsável definidos, para revisão dos logs das mudanças realizadas diretamente em produção, e que deve focar nas atividades mais críticas realizadas pelos administradores como, por exemplo: alterações, criação e deleção de dados relevantes.
- (iii) implemente controles relacionados às atividades de operações computadorizadas visando a integridade das informações mantidas em seus sistemas computacionais
- (iv) sejam criados perfis de usuários com níveis de privilégio adequados para as diversas áreas da Companhia, de acordo com os diversos papéis e funções desempenhadas nas diversas áreas do negócio.



## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.3 - Descrição - Controles Internos

(v) implementado um workflow de aprovação definido via ferramenta de solicitação, visando garantir que os acessos concedidos foram devidamente avaliados e aprovados. Tal controle deve ser arquivado na área para possibilitar consultas futuras, bem como comprovar que foi realizado.

***e) comentários dos Diretores sobre as deficiências apontadas no relatório do auditor independente. A Administração da Companhia concorda com o relatório do auditor sobre os controles internos relacionados ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e foram realizados planos de ação para a melhoria de tais controles, ainda que as deficiências encontradas não afetem de forma relevante as Demonstrações Financeiras.***

A Administração da Companhia entende que as deficiências significativas nos controles internos apontadas nos relatórios descritos no item (d) acima não impactam de forma relevante distorções nas Demonstrações Financeiras.

Durante o exercício de 2021 diversas ações foram realizadas para aprimorar o ambiente de controle da Companhia, dentre elas foi estabelecida uma estrutura de controles internos que está implementado controles nos processos de negócio e tecnologia para sanar as falhas identificadas.

Além disso, para as falhas relacionadas a tecnologia da informação durante o ano foram conduzidas ações voltadas a (i) análise de segregação de função no processo de gestão de mudança e (ii) revisão dos acessos aos sistemas críticos, constatando que o risco de implantações de mudanças e acessos indevidos não se materializou.

Adicionalmente, está em processo de implantação diversas políticas na área de tecnologia dentre elas a Política de Segurança da Informação, aprimoramento do sistema de gestão de identidades, implantação de controles de gestão de acessos, mudanças de programas e operações computadorizadas.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### 5.4 - PROGRAMA DE INTEGRIDADE

**Mecanismos e procedimentos internos de integridade adotados pelo emissor para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a administração pública, nacional ou estrangeira**

**a) regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública**

**i. principais mecanismos e procedimentos de integridade adotados e sua adequação ao perfil e riscos identificados pelo emissor, informando com que frequência os riscos são reavaliados e as políticas, procedimentos e as práticas são adaptadas**

Estabelecemos um Programa de Integridade, baseado em nosso Código de Ética e Conduta, visando manter a empresa em conformidade com normas internas e leis promulgadas pelo poder público, além de estabelecer princípios de integridade que devem ser seguidos por todos os colaboradores da empresa.

Sob o ponto de vista econômico, nosso Programa de Integridade visa mitigar as ocorrências de fraudes contábeis, operacionais e financeiras, que podem gerar impactos significativos nos resultados da companhia. Já sob a ótica social, temos como objetivo formar cidadãos mais éticos e compromissados com um país mais justo e transparente; com reflexos diretos no clima organizacional.

Possuímos um canal de denúncia de desvios de conduta, operado em parceria com empresa terceira, de forma a assegurar a independência e anonimato das denúncias. A apuração de denúncias que envolvam desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos é realizada pela Diretoria de Compliance em conjunto com o Gestão de Pessoas e as decisões são tomadas pela Comissão de Ética, órgão multidisciplinar, independente e composto por representantes seniores indicados pelas áreas de Vice Presidência de Gente, Cultura e Gestão, Diretoria Jurídica, Vice Presidência Acadêmica, Vice Presidência Financeira, Vice Presidência Digital, Vice Presidência de Marketing, Vice Presidência de Transformação Digital e Diretoria de Compliance. Os riscos, políticas, práticas de integridade, as apurações realizadas e as decisões tomadas são avaliadas anualmente e reportadas ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, que por sua vez, se reporta ao Conselho de Administração.

**ii. a estrutura organizacional envolvida no monitoramento do funcionamento e da eficiência dos mecanismos e procedimentos internos de integridade, indicando suas atribuições, se sua criação foi formalmente aprovada, órgãos do emissor a que se reportam, e os mecanismos de garantia da independência de seus dirigentes, se existentes**

São órgãos da estrutura organizacional envolvidas neste monitoramento o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos, a Diretoria de Compliance, Diretoria de Gestão de Riscos e Auditoria Interna e a Comissão de Ética.

O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos é um órgão de caráter consultivo e técnico, de funcionamento permanente, vinculado ao Conselho de Administração. Vinculado a este órgão temos ainda a Diretoria de Compliance que é responsável pela implementação de um Programa de Integridade robusto que abarca diversas responsabilidades, incluindo o monitoramento e avaliação do nível de conformidade da Companhia, considerando suas Políticas e Normas internas, leis e regulação aplicável e o Código de Ética e Conduta desenvolvido e publicado pela Companhia. A Diretoria de Gestão de Riscos e Auditoria Interna age no sentido de operacionalizar, como terceira linha de defesa, os deveres e responsabilidades da função de supervisão da gestão dos processos internos e a efetividade dos controles internos para prevenir, detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos que possam causar perdas financeiras ou que comprometam a produção de relatórios financeiros, visando proteger interesses de acionistas e outras partes interessadas. Tanto a Comissão de Ética, quanto o Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos são órgãos internos não estatutários, contudo, seus regimentos internos, aprovados pelos gestores da companhia, dão a estes órgãos a independência na avaliação dos riscos e práticas de negócio.

A Comissão de Ética possui como atribuição a aplicação dos procedimentos previstos no Código de Ética da Companhia, em casos de suspeita de sua violação. O Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos possui as atribuições descritas no item 12.1 (a) deste Formulário de Referência.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

### iii. código de ética ou de conduta

Dispomos de Código de Conduta e Ética aprovado pelo seu Conselho de Administração. Este código se aplica a todos os colaboradores da Companhia, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios, os quais devem agir de acordo com as leis, normas e regulamentações que afetam nossos negócios, bem como políticas e procedimentos internos.

Todos os novos colaboradores recebem treinamento sobre o Código de Conduta e Ética quando de sua admissão. Após ingresso na Companhia, os colaboradores passam por um treinamento de reciclagem, cuja ocorrência é definida pela área Diretoria de Compliance em conjunto com a Vice Presidência de Gente, Cultura e Gestão. O Código de Conduta e Ética, assim como demais políticas e normas da empresa ficam disponíveis na intranet da companhia, sites institucionais, podendo ser acessados por qualquer parte interessada a qualquer momento.

Aos membros do corpo técnico-administrativo podem ser aplicadas as seguintes sanções disciplinares:

a. Sanções disciplinares de caráter corretivo:

- (i) Advertências verbais ou escritas; e
- (ii) Suspensão.

b. Sanções disciplinares de caráter punitivo: rescisão do contrato de trabalho por Justa Causa.

O Código de Conduta e Ética foi aprovado pelo Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 22 de agosto de 2013 e pode ser acessado nos links abaixo (respectivamente):

- <http://ri.animaeducacao.com.br/>
- <https://contatoseguro.com.br/anima>

### b) canal de denúncia

A empresa dispõe de canal de denúncias, terceirizado (Empresa: Contato Seguro), que pode ser acessado pelo seguinte link: <https://contatoseguro.com.br/anima>.

O canal de denúncias é disponível para todas as partes interessadas e recebe relatos tanto de colaboradores internos quanto do público externo, abrangendo docentes, administrativos, alunos, fornecedores e membros da comunidade externa etc.

Quando da abertura de denúncias, o denunciante pode optar por se identificar ou não. Quando da opção de denúncia anônima, para denunciante de boa-fé, o sistema não permite a identificação nem por IP (*Internet Protocol*).

Todas as denúncias são investigadas pela Diretoria de Compliance e, quando necessário, com o envolvimento de outras áreas de negócio, tais como: Vice Presidência Acadêmica, Vice Presidência de Operações, Vice Presidência de Gente, Cultura e Gestão e Vice Presidência de Transformação Digital, sempre observando os critérios de sigilo e confidencialidade aplicáveis a todas as partes envolvidas no contexto das investigações.

### c) se o emissor adota procedimentos em processos de fusão, aquisição e reestruturações societárias visando à identificação de vulnerabilidades e de risco de práticas irregulares nas pessoas jurídicas envolvidas

Para prevenir a responsabilização por atos lesivos praticados por outra empresa com a qual estejamos envolvidos em decorrência de eventuais processos de fusões, aquisições ou reestruturações societárias, realizamos uma diligência prévia (por intermédio de verificações de documentos, e de pesquisas em bases de dados públicas) para verificar se a outra empresa esteve ou está implicada em atos lesivos à administração pública, nacional ou estrangeira. Quando necessário, empresas terceiras são contratadas para auxiliar nesse processo. Similarmente, um processo interno de due diligence foi estabelecido no intuito de avaliar o risco de integridade de fornecedores e prestadores de serviço que se engajam em transações com qualquer empresa parte do grupo econômico.

## 5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.4 - Programa de Integridade

**d) caso o emissor não possua regras, políticas, procedimentos ou práticas voltadas para a prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos praticados contra a administração pública, identificar as razões pelas quais o emissor não adotou controles nesse sentido**

Conforme descrito nos itens anteriores, possuímos um Código de Conduta e Ética que tem o objetivo de orientar e regular todos os colaboradores, incluindo administradores, prestadores de serviços e consultores, fornecedores e todos os parceiros de negócios da Companhia sobre as regras, procedimentos e comportamentos esperados nas relações internas e externas, principalmente na relação com a administração pública. Ademais, uma Política Anticorrupção foi estabelecida com o objetivo de estabelecer diretrizes e procedimentos para mitigar os riscos de suborno e corrupção, promover a integridade, transparência e "fazer o certo" como parte integrante da nossa cultura corporativa. Entendemos que a existência do Código de Conduta e Ética e dos procedimentos descritos nos itens anteriores demonstra que adotamos uma política e procedimento claro para prevenção, detecção e remediação de fraudes e ilícitos, portanto este item é não aplicável.

## **5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.5 - Alterações significativas**

### **5.5 - ALTERAÇÕES SIGNIFICATIVAS**

#### **Pandemia da COVID-19**

Em 2022 a Companhia realizou a reabertura dos campi com retomada das unidades presenciais, seguindo todos os protocolos sanitários e de segurança para seus educadores e alunos. A Companhia se mantém atenta quanto às orientações das autoridades em saúde, e acompanha a evolução da vacinação, mantendo sempre seus stakeholders atualizados sobre possíveis novos impactos da COVID-19 e suas variantes aos negócios.

A Companhia está monitorando todos os potenciais impactos da pandemia e, até o momento, não identificou efeitos adversos relevantes. Portanto, não é possível prever assertivamente quais políticas, medidas ou ações poderão ser adotados no futuro em resposta à pandemia da Covid-19 e como elas poderão afetar a economia, nossos negócios ou desempenho financeiro.

Mesmo cientes das incertezas trazidas por esta pandemia, a Administração segue confiante na estratégia da Companhia, solidez financeira do negócio e contribuição para a sociedade, incluindo a formação de profissionais na área da saúde, capazes de auxiliar na superação da pandemia e outros desafios futuros.

**5. Gerenciamento de riscos e controles internos / 5.6 - Outras inf. relev. - Gerenciamento de riscos e****Práticas Alinhadas com Padrões de ESG**

A Anima possui uma política com definições e diretrizes claras e estrutura robusta para o gerenciamento de riscos, papel desempenhado pela gerente de Gestão de Riscos e que é integrante da Diretoria de Gestão de Riscos e Compliance, a qual é subordinada ao Presidente do Conselho de Administração e ao Comitê de Auditoria, Governança e Gestão de Riscos.

A matriz de riscos corporativos é avaliada continuamente, o que inclui riscos ESG. A avaliação e o monitoramento contínuo dos riscos permitem a identificação de elevação de exposição e a atuação para resposta aos riscos, não só na busca da minimização dos impactos, mas em oportunidades de melhorias. As práticas ESG passaram a ser pauta recorrente dos órgãos de governança da Anima que buscam melhorar sua gestão e respostas a riscos.

A Anima e seus gestores têm consciência sobre os impactos de suas práticas ESG, atuando de forma responsável no mercado em que está inserida, contribuindo com a sociedade e transformando o país pela educação.

Em 2019, publicamos o nosso Relatório Anima de Sustentabilidade 2019-2020, que reúne nossas boas práticas e projetos sustentáveis, nos âmbitos econômico e socioambiental. Nossos relatórios são anuais e têm o seguinte cronograma: Coleta de dados de janeiro a abril com apresentação dos dados analisados em julho do ano seguinte, logo, em função de estar mais adequado ao calendário das escolas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### 10.1 - CONDIÇÕES FINANCEIRAS E PATRIMONIAIS GERAIS

As informações financeiras contidas nos itens 10.1 a 10.9 deste Formulário de Referência são derivadas de nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), aplicáveis às entidades de educação no Brasil registradas na CVM.

A análise dos Diretores esclarecendo os resultados obtidos e as razões para a flutuação nos valores das contas patrimoniais da Companhia constituem uma opinião sobre os impactos ou efeitos dos dados apresentados nas demonstrações financeiras sobre a situação patrimonial e financeira da Companhia. A Diretoria da Companhia não pode garantir que a situação financeira e os resultados obtidos no passado venham a se reproduzir no futuro.

As informações financeiras incluídas neste item, exceto quando expressamente ressalvado, referem-se às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

As informações constantes deste item devem ser lidas e analisadas em conjunto com as informações constantes de nossas demonstrações financeiras completas e suas respectivas notas explicativas, disponíveis em nosso *website* (<https://ri.animaeducacao.com.br/>) e no *website* da Comissão de Valores Mobiliários ([www.cvm.gov.br](http://www.cvm.gov.br)).

#### a. Condições financeiras e patrimoniais gerais.

(em milhões de Reais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Receita bruta consolidada	5.144,7	2.692,8	2.163,4
EBITDA <sup>1</sup>	704,4	271,6	243,1
EBITDA Ajustado <sup>2</sup>	802,7	376,1	292,8
Margem EBITDA Ajustada <sup>3</sup>	30,3%	26,5%	24,8%

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre o EBITDA, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre o EBITDA Ajustado, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

<sup>3</sup> Calculada pela divisão entre o EBITDA Ajustado e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

Nossa receita bruta consolidada passou de R\$2.692,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para R\$5.144,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, representando um crescimento de 96,8%. Nosso EBITDA Ajustado exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$802,7 milhões (margem EBITDA Ajustada de 30,3%) versus R\$376,1 milhões (margem EBITDA Ajustada de 26,5%) no mesmo período do ano anterior.

Com relação aos exercícios sociais anteriores, nossa receita bruta consolidada passou de R\$2.163,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para R\$2.692,8 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, representando um crescimento de 24,5%. Nosso EBITDA Ajustado exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$376,1 milhões (margem EBITDA Ajustada de 26,5%) versus R\$292,8 milhões (margem EBITDA Ajustada de 24,8%) no mesmo período do ano anterior.

Nosso capital de giro operacional (calculado como ativo circulante menos passivo circulante) em 31 de dezembro de 2021 era R\$76,8 milhões. Em 31 de dezembro de 2020, nosso capital de giro operacional era R\$1.666,2 milhões. Em 31 de dezembro de 2019, nosso capital de giro operacional era equivalente a R\$116,0 milhões, o que reflete a nossa capacidade de gerir adequadamente os nossos relacionamentos com fornecedores, estudantes e credores.

Na opinião de nossa Diretoria, nosso capital de giro reflete adequadamente nossa capacidade de gerenciamento dos nossos negócios e atende às nossas necessidades de caixa, além de permitir a gestão de nossas relações com fornecedores e credores, e nos proporcionar o financiamento necessário para o atendimento à nossa estratégia de expansão. Nossos indicadores de liquidez confirmam que temos liquidado nossos compromissos financeiros tempestiva e integralmente.

A tabela a seguir evidencia determinadas informações financeiras relacionadas à nossa situação financeira e patrimonial para os períodos indicados:

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

(em milhões de Reais)	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
Dívida Líquida <sup>1</sup>	2.994,5	(625,4)	505,5
Dívida Líquida com o efeito IFRS 16 <sup>2</sup>	4.551,4	41,0	1.060,6
Liquidez corrente <sup>3</sup>	1,1	4,8	1,3
Índice de endividamento <sup>4</sup>	0,8	0,4	0,7
Rentabilidade <sup>5</sup>	-3,31%	(2,8)%	(0,8)%

<sup>1</sup> Para maiores informações sobre a Dívida Líquida, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

<sup>2</sup> Para maiores informações sobre a Dívida Líquida com os efeitos do IFRS 16, vide item 3.2 do Formulário de Referência.

<sup>3</sup> Corresponde à divisão do ativo circulante pelo passivo circulante nas datas indicadas. O índice de liquidez corrente não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS e possui a finalidade de avaliar a capacidade de pagamento da Companhia frente as suas obrigações. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

<sup>4</sup> Corresponde à soma do passivo circulante e não circulante dividido pelo ativo total. O índice de endividamento não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

<sup>5</sup> Calculado pela divisão entre o lucro (prejuízo) do período e a receita líquida do período. A rentabilidade não é uma medida de desempenho financeiro segundo as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS. Este índice não deve ser considerado isoladamente, ou como alternativa ao lucro líquido, como medida de desempenho operacional, ou alternativa aos fluxos de caixa operacionais.

**b. Estrutura de capital**

Nossa estrutura de capital em 31 de dezembro de 2021 era composta de 24% de capital próprio e 76% de capital de terceiros, conforme evidenciado pela tabela a seguir:

	Em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
	(em R\$ milhões)		
<b>Capital próprio</b>			
Capital Social	2.451,7	2.453,6	502,7
Reservas de capital	33,4	35,2	34,3
Ágio em transações de capital	(69,6)	(69,6)	(69,6)
Ações em tesouraria	(71,2)	(38,2)	(10,0)
Reservas de lucros	36,7	124,4	232,9
Participação dos acionistas não controladores	31,2	6,4	-
<b>Patrimônio líquido</b>	<b>2.412,2</b>	<b>2.511,8</b>	<b>690,4</b>
<b>Capital de terceiros</b>			
Passivo circulante	1.235,1	440,2	339,9
Passivo não circulante	6.235,2	1.593,5	1.369,7
<b>Total do passivo</b>	<b>7.470,3</b>	<b>2.033,7</b>	<b>1.709,6</b>
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>9.882,5</b>	<b>4.545,5</b>	<b>2.400,0</b>

**Capital Próprio (Patrimônio Líquido)**

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$2.412,2 milhões em 31 de dezembro de 2021. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, que totalizou R\$2.511,8 milhões, apresentamos uma diminuição no patrimônio líquido no valor de R\$ 0,23 milhões.

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$2.511,8 milhões em 31 de dezembro de 2020. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$690,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$ 1.821,4 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$ 2.038,2 milhões no capital social.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Capital de Terceiros (Empréstimos e Financiamentos e Debêntures)

O nosso capital de terceiros está representado pelo nosso endividamento, representado pelos saldos de nosso passivo nas contas de empréstimos, financiamentos e debêntures, circulante e não circulantes. Estes recursos são utilizados principalmente para financiar nossos planos de expansão e investimentos em melhoria de qualidade, além de suprir eventuais necessidades de capital de giro.

Em 31 de dezembro de 2021, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante) no valor de R\$3.501,0 milhões.

Em 31 de dezembro de 2020, apresentávamos um endividamento (composto por empréstimos, financiamentos e debêntures registrados no passivo circulante e não circulante) no valor de R\$650,7 milhões.

### c. Capacidade de pagamento em relação aos compromissos financeiros assumidos.

Na opinião de nossa Diretoria temos plena capacidade de honrar com todos os nossos compromissos financeiros, fato que tem se constatado ao longo dos últimos anos. Nossas necessidades têm sido acomodadas por meio, principalmente, de nossa própria geração de caixa operacional e recursos de financiamento de terceiros.

Em 31 de dezembro de 2021, contávamos com uma Dívida Líquida de R\$2.994,5 milhões, composta por uma Dívida Bruta de R\$3.509,8 milhões somado ao total de Caixa e equivalente de caixa e Aplicações financeiras correspondente a R\$515,3 milhões.

A tabela a seguir demonstra nossa capacidade de pagamento face os compromissos assumidos para as datas e períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2021	2020	2019
<b>Endividamento<sup>1</sup></b>	3.509,8	651,1	688,1
<b>Caixa e disponibilidades de caixa</b>	515,3	1.277,9	182,6
<b>Disponibilidade (Dívida) Líquida</b>	(2.994,5)	626,8	(505,5)
<sup>1</sup> Todos os empréstimos, financiamentos, debêntures líquidos dos derivativos			

Embora nossa Diretoria acredite que a atual estrutura de capital e perfil de endividamento sejam adequados às nossas operações e compromissos financeiros assumidos, se surgir a necessidade de novos financiamentos, acreditamos que não teremos dificuldades em contrair empréstimos adicionais a taxas de juros e condições competitivas.

### d. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes utilizados.

No período compreendido entre os anos de 2019 a 2021 realizamos uma série de investimentos em ativos imobilizados focados na expansão e melhoria de qualidade de nossos *campi*, bem como na infraestrutura utilizada por nossos professores e estudantes. Dentre os principais investimentos destacamos a reforma e/ou inauguração de diversos campi, atualização de nosso acervo bibliográfico, móveis e equipamentos para salas de aula e laboratórios, e ainda a constante atualização de nossa infraestrutura de tecnologia de informação, incluindo a compra de computadores, equipamentos de informática e o desenvolvimento de sistemas de softwares. Nossa fonte de capital de giro para investimentos em ativos não circulantes têm sido nossa geração própria de caixa e captação de recursos de terceiros. Junto a terceiros, buscamos sempre linhas de financiamento de longo prazo, conciliando o prazo de pagamentos com o fluxo de caixa incremental esperado relacionado aos investimentos realizados por nós.

Nossa Diretoria avalia constantemente as melhores opções entre utilização de capital próprio e captação de recursos junto a terceiros, comparando a rentabilidade do capital com as taxas oferecidas pelo mercado financeiro.

Para maiores informações sobre as variações ocorridas em nosso fluxo de caixa, vide item 10.1(h) do Formulário de Referência. Para informações sobre nossos empréstimos e financiamentos, vide item 10.1(f) do Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### e. Fontes de financiamento para capital de giro e para investimentos em ativos não circulantes que pretendemos utilizar para cobertura de deficiências de liquidez.

Nossos Diretores entendem que nossa estrutura de capital é adequada ao atendimento de nossas necessidades, sendo a geração própria de caixa a principal fonte de financiamento que, associada aos recursos de terceiros, permitem a condução plena de nossas operações e cumprimento integral de nossas obrigações. Caso sejam necessárias captações de novos financiamentos, nossa Diretoria entende que temos condições de obter linhas de crédito junto aos principais bancos comerciais do mercado a taxas competitivas. Em 31 de dezembro de 2021, nossa posição de caixa correspondia a R\$515,3 milhões.

### f. Níveis de endividamento e as características de tais dívidas.

#### i. Contratos de empréstimo e financiamento relevantes.

De acordo com nossa Diretoria, nossos níveis de endividamento são condizentes com nosso fluxo de caixa e têm se mantido em patamares considerados satisfatórios por nossa administração. As principais características de nossos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (sem os efeitos dos passivos de arrendamento IFRS 16) estão indicadas na tabela abaixo:

Modalidade Moeda		Taxa % a.a. <sup>1</sup>	Ano de Vencimento <sup>2</sup>	Saldo em 31 de dezembro de		
				2021	2020	2019
Capital de giro	R\$	CDI + 0,95% a 2,20%	2026	373,9	16,9	46,7
Capital de giro	US\$	USD +2,4%	2020	-	-	22,5
IFC	US\$	CDI+2,2%	2028	234,7	79,5	-
IFC	R\$	CDI +1,49%	2024	64,9	89,4	116,0
Debêntures	R\$	CDI + 1,00% a 4,75%	2027	2.827,6	464,9	505,3
			<b>Total</b>	<b>3.501,0</b>	<b>650,7</b>	<b>690,5</b>

<sup>1</sup> Taxa de juros médio contendo indexador acrescido de *spread* ao ano

<sup>2</sup> O ano de vencimento refere-se ao vencimento do último contrato de cada modalidade

Nosso endividamento em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, correspondia às operações de capital de giro celebradas em reais e em dólares americanos por contrato de SWAP e debentures.

Dentre os contratos celebrados e vigentes, encontram-se descritos abaixo os mais relevantes:

Em 24 de agosto de 2015, celebramos em favor do Itaú Unibanco S.A., Cédula de Crédito Bancário Internacional nº AGE870048/1, no valor de moeda estrangeira US\$ 28.089.888,00 (vinte e oito milhões, oitenta e nove mil, oitocentos e oitenta e oito dólares americanos), a uma taxa cambial de R\$ 3,5600 perfazendo o total de R\$ 100.000.001,28 (cem milhões e um reais e vinte e oito centavos), a ser pago em 15 parcelas trimestrais, acrescidas dos respectivos encargos. O valor contratado é ajustado multiplicando-o pelo fator de ajuste, que é a taxa/ índice/ moeda estrangeira da data de abertura, dividida pela taxa/ índice/ moeda estrangeira da data efetiva. Os valores são corrigidos a taxa de juros exponencial de 2,40% ao ano, mais CDI. Trimestralmente, a partir da data de contratação, os juros são amortizados. O valor do principal é amortizado trimestralmente sendo que a primeira parcela venceu em 01 de março de 2017.

Em 29 de maio de 2013, constituímos em favor do Banco Santander (Brasil) S.A. uma cédula de crédito bancário de nº 00333476300000008000 no valor de R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais), a ser paga em 48 parcelas mensais e sucessivas, acrescidas dos respectivos encargos básicos e encargos adicionais integrais. A primeira parcela venceu em 29 de maio de 2014 e a última vencerá em 29 de maio de 2023. Os encargos financeiros na conta vinculada deste financiamento, bem como no saldo devedor daí decorrente, sofrem incidência de juros à taxa efetiva anual de 2,20% acrescido de 100% do CDI.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 11 de abril de 2016, celebramos contrato de empréstimo nº 37083-00 com o *International Finance Corporation* (IFC), no montante de até US\$40.000.000,00 (quarenta milhões de dólares americanos), com uma taxa efetiva de (CDI + 1,49%) e com os juros sendo pagos a cada 6 (seis) meses, bem como com o principal em 11 (onze) parcelas semestrais, sendo a primeira devida em 15 de março de 2019 e a última em 15 de março de 2024. Em garantia às obrigações decorrentes do referido contrato de empréstimo, foram outorgadas alienação fiduciária de ações da Brasil Educação S.A. e garantias fidejussórias.

Em 21 de maio de 2018, o Conselho de Administração aprovou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, ao valor nominal unitário de R\$ 1,00 (um real), totalizando o montante de R\$150,0 milhões, nos termos da Instrução da CVM nº 476. Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, expressas na forma percentual ao ano, acrescidas de um spread equivalente a 1,00% a.a. O vencimento final das Debêntures ocorrerá ao término do prazo de 60 meses. O pagamento do principal possui uma carência de 24 meses, após este período será amortizado trimestralmente, sendo que o primeiro pagamento ocorrerá em 29 de maio de 2020. O pagamento dos juros ocorreu anualmente em 29 de maio de 2019 e 29 de maio de 2020. A partir de 29 de maio de 2020, o pagamento de juros passou a ser realizado trimestralmente.

Em 11 de novembro de 2019, o Conselho de Administração aprovou a 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução da CVM nº 476, ao valor nominal unitário de R\$ 1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$350.000.000,00 (trezentos e cinquenta milhões de reais). Sobre as debêntures, incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI (Depósitos interfinanceiros) de um dia, ver extra grupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão a 1,3500% (um inteiro e trinta e cinco centésimos por cento) ao ano. O pagamento de principal ocorrerá semestralmente, iniciando-se em 11 de novembro de 2021 e encerrando-se em 11 de novembro de 2024, ou seja, na data de vencimento. Os juros remuneratórios serão pagos semestralmente, a partir da data de emissão, sendo, portanto, o primeiro pagamento devido em 11 de maio de 2020, e os demais pagamentos devidos sempre no dia 11 dos meses de maio e novembro de cada ano, até a data de vencimento.

Além das debêntures de sua 2ª emissão, em 10 de julho de 2020, a Companhia contratou um financiamento junto à *International Finance Corporation* (IFC) no montante de até US\$ 112,0 milhões, com a finalidade de financiamento de novas aquisições estratégicas pela Companhia e alongamento do perfil de endividamento da Companhia. A primeira parte do valor financiado foi liberada em julho de 2020, no montante de US\$ 15 milhões. Em 30 de setembro de 2020, o saldo devedor do referido financiamento era de R\$88, 3 milhões.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em 12 de abril de 2021, o Conselho de Administração aprovou a realização da 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária a ser convolada em espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional, em 2 (duas) séries, para distribuição pública com esforços restritos de distribuição, nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 476"), com valor nominal unitário de R\$1.000,00 (um mil reais), totalizando o montante de R\$ 2.500.000.000,00 (dois bilhões e quinhentos milhões de reais) na data de emissão ("Debêntures", "Emissão" e "Oferta Restrita", respectivamente), sendo (i) R\$500.000.000,00 (quinhentos milhões de reais) correspondentes às debêntures da primeira série ("Debêntures da Primeira Série") e (ii) R\$2.000.000.000,00 (dois bilhões de reais) correspondentes às debêntures da segunda série ("Debêntures da Segunda Série"). Sobre as Debêntures da Primeira Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros de um dia, over extragrupo, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Taxa DI Over"), acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 3,7500% (três inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série"). Sobre as Debêntures da Segunda Série incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da Taxa DI Over, acrescida de uma sobretaxa (spread) equivalente a 4,7500% (quatro inteiros e setenta e cinco centésimos por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) Dias Úteis ("Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série"). Os Juros Remuneratórios das Debêntures da Primeira Série e os Juros Remuneratórios das Debêntures da Segunda Série serão pagos semestralmente, sempre no dia 15 (quinze) dos meses de abril e outubro de cada ano, ocorrendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2021 e, o último, na data de vencimento da respectiva série de Debêntures. O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, das Debêntures da Primeira Série, será amortizado na Data de Vencimento das Debêntures da Primeira Série. O valor nominal unitário ou o saldo do valor nominal unitário, conforme o caso, das Debêntures da Segunda Série, será amortizado semestralmente, em parcelas consecutivas, a partir do 30º (trigésimo) mês (inclusive) contado da Data de Emissão, e as parcelas serão pagas sempre no dia 15 dos meses de abril e outubro de cada ano, sendo o primeiro pagamento em 15 de outubro de 2023 e o último, na Data de Vencimento das Debêntures da Segunda Série.

A seguir apresentamos tabela com maiores detalhes acerca dos contratos relevantes celebrados e descritos acima:

Sociedade	Credores	Número Contrato	Data de Assinatura	Valor do Crédito	Vencimento	Finalidade	Outras Garantias	(%a.a.) Taxa efetiva
Ânima Holding	IFC		10/05/2016	R\$ 139.080.000,00	15/03/2024	IFC	Alienação fiduciária das cotas da AMC Serviços ; alienação fiduciária dos recebíveis da AMC Serviços; aval de todas as subsidiárias, atuais e futuras ; compromisso dos acionistas Daniel, Romulo, Marcelo, Mauricio, Gabriel e Ignacio de manter sempre pelo menos 4 destes no grupo de controle e nunca deixarem de ter participação de menos de 25% do capital da Anima de hoje	1,49% a.a +  100% CDI
Ânima Holding	IFC		10/07/2020	\$ 15.000.000,00	15/03/2028	IFC	Garantidores Subsidiários Brasil Educação, IMEC, Unimonte, Una, Vc Network, HSM, PGP Educ., Sociesc, Faceb, Pgp Posse, Poli, IFC, Anima, Sobepe, Vidam, Ages, Catalana, Cesuc, Unicuritiba. Saldo mínimo de caixa de 4% do montante do endividamento nas empresas. Garantia Mínima de recebíveis de 16% do valor pendente do endividamento.	2% a.a  Libor
Ânima Holding	Banco Bradesco		29/05/2018	R\$ 150.000.000,00	29/05/2023	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1% a.a. + 100% CDI
Ânima Holding	Banco Itaú		21/11/2019	R\$ 350.000.000,00	11/11/2024	Debêntures	Carta Fiança (Garantia Fidejussória)	1,35% a.a. + 100% CDI

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Ânima Holding			14/04/2021	R\$ 2.500.000.000,00	15/04/2023 (1ª série)  15/04/2027 (2ª série)	Debêntures	Garantia Fidejussória	CDI + 3,75% (1 série) CDI + 4,75% (2 série)
---------------	--	--	------------	----------------------	--	------------	-----------------------	--

Em 31 de março de 2022 realizamos o pré-pagamento de R\$1,94 bilhão relativos à 2ª série da 3ª Emissão de Debêntures (referente ao montante emitido de R\$2 bilhões, sobre os quais incide taxa de juros de CDI+4,75% ao ano) e R\$121,81 milhões de juros, totalizando R\$2,06 bilhões pagos. Nessa 2ª série houve prêmio de pré-pagamento de 0,60% *flat*. Os valores residuais de cada série da debênture continuam sujeitos aos exatos termos dispostos na escritura da 3ª emissão.

Adicionalmente, a Inspirali Educação S.A., subsidiária da Ânima Educação, finalizou, em 31 de março de 2022, a 1ª emissão de debêntures simples, com uma série única, totalizando o montante de R\$ 2 bilhões. Esta emissão tem prazo total de cinco anos, a contar da data de emissão, com pagamento do principal de forma anual, em quatro parcelas – vencendo a primeira no 24º mês e as seguintes a cada 12 meses – incidindo taxa de juros de CDI+2,60% ao ano, com pagamento de juros remuneratórios semestrais a partir da data de emissão.

**ii. Outras relações de longo prazo com instituições financeiras.**

Em 31 de dezembro de 2021, exceto pelo disposto no item (i) acima, não mantínhamos nenhuma outra relação de longo prazo com instituições financeiras.

**iii. Grau de subordinação entre as dívidas.**

Considerando a totalidade dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures circulante e não circulante da Companhia, sem considerar os passivos de arrendamento IFRS 16, a composição de acordo com o grau de subordinação era a seguinte, nas datas indicadas, com base em nossas demonstrações financeiras individuais:

	Em 31 de dezembro de					
	2021		2020		2019	
	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)	(em R\$ milhões)	(%)
Obrigações com garantia real	429,7	12	96,5	17	172,3	25
Obrigações quirografárias	3.071,3	88	554,2	83	518,2	75
<b>Total dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures<sup>1</sup></b>	<b>3.501,0</b>	<b>100</b>	<b>650,7</b>	<b>100</b>	<b>690,5</b>	<b>100</b>

<sup>1</sup> Compreende os saldos de empréstimos, financiamentos e debêntures (circulante e não circulante)

As garantias reais relacionadas aos contratos de crédito acima referidos, e com saldo em aberto em 31 de dezembro de 2021 são compostas por cessão fiduciária de direitos creditórios de nossa titularidade e de créditos oriundos de aplicação financeira.

Para maiores informações sobre o grau de subordinação do nosso passivo circulante e não circulante, vide item 3.8 do Formulário de Referência.

**iv. Eventuais restrições a nós impostas em relação a limites de endividamento e contratação de novas dívidas, à distribuição de dividendos, à alienação de ativos e à alienação de controle societário.**

Em função de determinadas cláusulas contidas em nossos contratos financeiros, estamos sujeitos a determinadas restrições, tais como:

- Limitações quanto à existência de ônus, penhor, hipoteca, encargo ou outros gravames ou direitos de garantia sobre nossas receitas e patrimônio;

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Manutenção de índices financeiros mínimos; e
- Limitações quanto à nossa capacidade de realizar reestruturações societárias e alienações de participações acionárias.

Adicionalmente, determinados contratos financeiros em que somos partes preveem a observância de alguns índices financeiros mínimos, apurados anualmente, conforme descrito a seguir. Os cálculos referentes a esses índices estão nas nossas Demonstrações Financeiras, no formato *pro-forma* para que seja possível a incorporação dos números relativos a aquisição transformacional realizadas em junho de 2021 (instituições que vieram da Laureate Brasil). Recebemos *waivers* de todos os credores, quando aplicável, o que não gerou qualquer restrição imposta à Companhia.

✓ Contrato do IFC

- Índice de Liquidez Corrente ((Ativo Circulante + Adiantamento Diversos) / Passivo Circulante – não inferior a 1,2;
- EBITDA Ajustado / (Dívida Bruta - Caixa Mínimo de R\$100,0 milhões) – não superior a 3,5; e
- Geração de caixa dos últimos doze meses/ Dívida Bruta Futura – não inferior a 1,3.

✓ Demais Contratos

✓ Debêntures ANIM11

- EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro – não inferior a 1,3);
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado– não superior a 3,0; e
- Índice de Liquidez Corrente– não inferior a 1,0.

✓ Debêntures ANIM12

- EBITDA Ajustado/Resultado Financeiro – não inferior a 1,3;
- Dívida Líquida/ EBITDA Ajustado– não superior a 4,0; e
- Índice de Liquidez Corrente– não inferior a 1,2..

✓ Debêntures ANIM13 e ANIM23

- Até 30 de junho de 2022 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Inferior a 4,00;
- Entre 30 de junho 2022 e 30 junho 2023 (inclusive) - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Inferior a 3,00;
- Após 30 de junho 2023 - Dívida Líquida / EBITDA Ajustado - Inferior a 2,50; e
- Após 30 de junho 2023 - EBITDA Ajustado / Despesas Financeiras - Superior a 1,30.

Para fins dos cálculos dos índices acima indicados:

“EBITDA Ajustado” significa o resultado acumulado do ano fiscal antes do imposto de renda e contribuição social, da depreciação e amortização, do resultado financeiro, do resultado não operacional, da equivalência patrimonial e da participação de acionistas minoritários;

“Despesa Financeira Líquida” significa o somatório de todas as despesas de juros, variação cambial e outras despesas referentes às suas obrigações financeiras menos receita de juros, variação cambial ou qualquer receita decorrente de suas aplicações financeiras;

“Dívida Líquida” significa o somatório dos empréstimos e financiamentos de curto e longo prazo, líquidos dos derivativos de curto e longo prazo menos as disponibilidades em caixa e aplicações financeiras;

“Índice de Liquidez Corrente” significa o Ativo Circulante dividido pelo Passivo Circulante. “Ativo Circulante” significa todos os bens e direitos cuja realização ocorra dentro do prazo de 12 meses. “Passivo Circulante” significa todas as obrigações a serem cumpridas dentro do prazo de 12 meses.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Com relações às restrições indicadas, estamos cumprindo com todas elas.

**g. Limites dos financiamentos contratados e percentuais já utilizados**

Em 16 de dezembro de 2015, firmamos um Contrato de Financiamento com a FINANCIADORA DE ESTUDOS E PROJETOS - FINEP, empresa pública federal, vinculada ao Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação, relativo ao financiamento de projeto de inovação e pesquisa no valor de R\$23,6 milhões, representativos de 70% do valor total do projeto. Deste valor, R\$4,7 milhões foram liberados em dezembro de 2018, R\$5,4 foram liberados em março de 2017 e R\$3,5 milhões em março de 2016. O principal da dívida mencionada deve ser pago à FINEP em 85 (oitenta e cinco) parcelas mensais e sucessivas, cada uma delas no valor do principal vincendo da dívida, dividido pelo número de parcelas de amortização ainda não vencidas, nos termos do contrato. O vencimento da primeira parcela ocorreu em 15 de janeiro de 2019, e as demais em iguais dias dos meses subsequentes, ocorrendo a última em 15 de janeiro de 2026.

Todos os demais financiamentos contratados e vigentes em 31 de dezembro de 2021 possuem qualquer limite ou restrição de utilização e foram recebidos integralmente.

**h. alterações significativas em cada item das demonstrações financeiras.**

A discussão sobre os resultados apresentados nesta seção sobre a nossa situação financeira e os resultados de nossas operações deve ser lida em conjunto com as nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2021, 2020 e 2019, e suas respectivas notas explicativas, bem como com as informações constantes dos demais itens do Formulário de Referência, em especial às da seção 3 e demais subitens desta seção 10.

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

### Receita Líquida

A nossa receita líquida é majoritariamente oriunda de serviços de ensino, relacionados a cursos de graduação, pós-graduação, extensão e ensino básico, incluídos em nosso segmento de Ensino Acadêmico. O segmento Ensino respondeu por 94% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Os cursos de pós-graduação *lato sensu*, a HSM, instituição de educação corporativa, a EBRADI, escola brasileira de direito, formam o segmento de Lifelong learning, que representa 6% das receitas no referido exercício. Nossas receitas são 100% denominadas em reais e são reconhecidas por competência de acordo com o período letivo de cada curso, seminário ou venda de produto efetuada. Como uma visão adicional, destacamos a importante participação da nossa vertical de medicina, a Inspirali – que os serviços estão consolidados em sua maior parte no Ensino Acadêmico e têm atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina –, respondeu por 26% das receitas no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021.

No Ensino Acadêmico a receita é proveniente da prestação de serviços de educação aos alunos matriculados em cursos de graduação (bacharelado e tecnólogo), pós-graduação e cursos de extensão. Nossa receita bruta é uma função direta entre o número de alunos matriculados e o valor de nossas mensalidades para cada um dos cursos ofertados por nossas instituições. No caso dos cursos de graduação, os contratos de prestação de serviços preveem um compromisso abrangendo cada semestre letivo. A cada semestre os alunos devem assinar aditivos aos contratos de prestação de serviço para se matricular no próximo período letivo, sendo que deverão estar adimplentes com suas obrigações financeiras e acadêmicas para que isto ocorra. Para os cursos de pós-graduação e extensão, os contratos são firmados com os alunos já prevendo o valor completo do curso para todo o período letivo, que podem, de acordo com cada curso ofertado, variar desde poucos dias letivos a até 18 meses.

Compõem ainda nossa receita bruta outras taxas cobradas diretamente de nossos alunos, como taxa de inscrição de vestibular, taxas de serviços de secretaria e biblioteca, entre outras.

Nossa política de cancelamento de matrículas prevê um reembolso de até 100% da primeira mensalidade, mas somente se o cancelamento ocorrer antes do primeiro dia de aula do período letivo em questão. Caso o período letivo já esteja em curso, a contratada está autorizada a reter, no máximo, 10% (dez por cento) do valor da mensalidade vigente à ocasião do cancelamento da matrícula.

Nossa receita é apresentada líquida de descontos e bolsas, além de certos tributos que incidem sobre os serviços prestados. Entre as principais bolsas estão:

- **PROUNI** - O Programa Universidade para Todos tem como finalidade a concessão de bolsas de estudo integrais e parciais em cursos de graduação em instituições privadas de educação superior. Criado pelo Governo Federal em 2004 e institucionalizado pela Lei nº 11.096, em 13 de janeiro de 2005, o programa oferece, em contrapartida àquelas instituições de ensino que aderem ao Programa, isenção de tributos federais. Dirigido aos estudantes egressos do ensino médio da rede pública ou da rede particular na condição de bolsistas integrais, com renda *per capita* familiar máxima de três salários mínimos, o PROUNI conta com um sistema de seleção informatizado e impessoal, que confere transparência e segurança ao processo. Os candidatos são selecionados pelas notas obtidas no ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio conjugando-se, desse modo, inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhores desempenhos acadêmicos. Em nossas instituições de ensino optamos por oferecer bolsas integrais e parciais, sendo obrigatório oferecer no mínimo uma bolsa integral para cada 10,7 vagas oferecidas e, em contrapartida, somos isentos dos impostos federais. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 tivemos o valor de R\$226,2 milhões referente a estes mesmos descontos decorrentes do PROUNI. No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2020, os descontos decorrentes dos PROUNI totalizaram R\$248,5 milhões. No exercício social encerrado em 31 de dezembro 2021, os descontos decorrentes dos PROUNI totalizaram R\$427,4 milhões. O aditamento do termo de adesão ao programa é semestral e depende de regularidade fiscal de cada instituição, sendo que o aditamento semestral das nossas instituições é realizado regularmente desde 2005, a partir de quando aderimos ao PROUNI.
- **Descontos concedidos pela mantenedora** - São descontos concedidos pela mantenedora das Universidades, Centros Universitários e Faculdades que operamos, sem regra específica e avaliados caso a caso de acordo com a situação particular de cada estudante (incluindo seu histórico acadêmico e situação socioeconômica).
- **Pagamento no prazo** - São descontos condicionados ao pagamento até a data de vencimento da mensalidade.
- **Captações de alunos** - São descontos específicos para novos alunos com o objetivo de reforço na captação.



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

- Convênios com empresas - São descontos relacionados a convênios de parceria com empresas, que por sua vez divulgam internamente nossos cursos e instituições.
- Pós-graduação - São descontos oferecidos durante o processo de captação de alunos de cursos da pós-graduação.
- Parentesco - São descontos oferecidos a parentes de alunos.
- Acordos - São descontos oferecidos a ex-alunos que não conseguiram prosseguir seus estudos por questões financeiras. Esses alunos são cobrados por empresas terceirizadas e esses descontos são variáveis, de acordo com o tempo de existência das dívidas.
- Desempenho acadêmico - São descontos oferecidos a alunos com desempenho acadêmico destacado.
- Segundo curso - São descontos oferecidos a ex-alunos que voltam para a instituição de ensino para cursar um segundo curso.
- Devoluções - São devoluções de valores devido a acertos ou cancelamentos de matrícula.
- Bolsa de estudos - São descontos para funcionários da instituição e outras bolsas que variam a cada processo de captação, conforme estratégia comercial.

A Receita do do Lifelong Learning, além dos cursos de pós-graduação lato sensu, se divide também em eventos e seminários, prestação de serviços de educação customizados para empresas e prestação de serviços de educação In Company, consultorias tecnológicas à empresas, além da venda de produtos como o HSM Performance e o HSM Experience, nossa plataforma de conteúdo sobre gestão. Temos também a EBRADI, uma start-up de ensino e capacitação jurídica on-line.

No caso de eventos e seminários, nossa receita bruta é proveniente da venda direta de ingressos para cada um dos eventos e pela venda de patrocínios e parcerias para empresas em troca de exposição de suas marcas em nossos eventos. Desta forma, a receita bruta de eventos é uma função direta entre o volume de participantes em nossos eventos e o valor do ingresso vendido, bem como pelo volume de quotas de patrocínios vendidas às empresas parceiras. O sucesso de cada evento depende de nossa capacidade de montar eventos com conteúdo, formatos e palestrantes de relevância, bem como de nossa capacidade de gestão de relacionamento com empresas e indivíduos que historicamente consomem este tipo de evento. As receitas de eventos e seminários são reconhecidas quando o evento acontece. Dado que o planejamento dos eventos varia de ano a ano, e que normalmente são concentrados em poucos dias, isto pode gerar um efeito relevante de sazonalidade.

Para cursos *In Company* customizados e consultorias tecnológicas para empresas, são firmados contratos pelo valor completo trabalho ofertado, que também pode variar bastante de acordo com a carga-horária e formatos pactuados com os contratantes. As receitas são reconhecidas de acordo com o período em que o serviço é efetivamente prestado.

No caso do HSM Performance são firmados contratos anuais no qual as receitas são reconhecidas mensalmente no decorrer da implementação do produto. O HSM Performance se enquadra assim na implantação de um ambiente de gestão estratégica e de capital humano focado principalmente em empresas de pequeno e médio porte que buscam a sua estruturação e consolidação no mercado. Já o HSM Experience, que é a plataforma digital com conteúdo em educação executiva, tem sua receita diretamente relacionada a quantidade de usuários multiplicado pelo preço da licença para a plataforma. O aumento na receita está diretamente relacionado com a divulgação e parcerias existentes para o crescimento da plataforma sendo utilizada por executivos de várias instituições.

No caso da EBRADI – Escola Brasileira de Direito, oferecemos ensino e capacitação jurídica on-line para todo o Brasil. Seu portfólio inclui cursos preparatórios para o exame da OAB, além de cursos de pós-graduação e extensão

Para as receitas dos cursos de graduação, uma vez que aderimos ao PROUNI, temos isenção fiscal sobre tributos federais, incluindo PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. Para os demais cursos ofertados, incidem além do ISS, com uma alíquota de 2% a 5%, PIS e COFINS com uma alíquota total de 0,65% e 3,00% respectivamente. Os serviços de consultoria são tributados por ISS, Pis e Cofins. O resultado das atividades não provenientes de cursos de graduação, caso lucrativas, estão sujeitas a IRPJ e CSLL.

### Custos dos Produtos e Serviços

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Com um modelo acadêmico desenvolvido internamente e uma forte cultura orçamentária e de resultados, nos esforçamos para conciliar uma eficiente estrutura de custos com uma entrega de alta qualidade em nossos serviços prestados.

Os principais custos de nossa atividade de ensino superior estão concentrados em custos com pessoal, prestadores de serviço, aluguel e ocupação. Nosso maior custo operacional é com pessoal e inclui salários, benefícios e encargos sociais, que no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021 representavam cerca de 62,8% do total de custos operacionais. Além do custo com professores, que representa a maior parte dos custos com pessoal, incluímos os gastos com pessoal de apoio acadêmico (diretores de campus e coordenadores de curso) e infraestrutura (manutenção, limpeza, segurança etc.). Oferecemos para nossos colaboradores uma série de benefícios que incluem, entre outros, bolsas de estudo, plano de saúde, vale alimentação e vale transporte. Os custos com professores variam de acordo com o número de turmas ofertadas, o valor de hora-aula pactuado com os professores de acordo com nosso plano de carreira docente e os reajustes salariais, que estão vinculados aos acordos coletivos firmados entre os sindicatos de mantenedores e de professores de cada estado.

Outro grande grupo de custos são os gastos diretamente vinculados à infraestrutura física de nossos *campi*. Com somente dois campi próprios, temos contratos de aluguel de longo prazo (que vão até 20 anos de contrato) em todos os nossos outros 93 *campi*. As despesas de aluguel, junto com os custos de ocupação (que incluem energia, água, IPTU etc.), representaram cerca de 21,5% dos custos totais no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Todos os outros custos operacionais, que individualmente são de menor expressão, e que englobam manutenção dos *campi*, viagens técnicas, licenças de *software* acadêmicos, prestadores de serviço externos (que nos auxiliam em diversas atividades, desde ministrar parte de uma disciplina ou curso, até consultorias e serviços de apoio e planejamento vinculados a nossa atividade fim), entre outros. Todos estes outros custos responderam juntos por cerca de 15,7% dos custos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021.

Praticamente a totalidade dos nossos custos no segmento de ensino superior estão denominados em reais, e não possuem nenhum tipo de exposição material a outras moedas. No entanto, mais de 90% destes custos (principalmente salários, contratos de aluguel e utilidades) são contratualmente corrigidos por uma proxy de inflação, seja através dos dissídios coletivos ou por um índice de inflação previsto em contrato.

### Despesas Operacionais

As nossas despesas comerciais compreendem as despesas com publicidade e propaganda, materiais e outras despesas de *marketing*, com exceção das despesas de pessoal. Estão incluídas também nas despesas comerciais as provisões para crédito de liquidação duvidosa (PCLD).

As nossas despesas gerais e administrativas estão relacionadas às despesas incorridas no suporte das nossas atividades operacionais. Uma das principais despesas é composta por despesas com pessoal, incluindo respectivos salários, encargos e benefícios. Entre os principais benefícios oferecidos a nossos colaboradores estão, entre outros, bolsas de estudos, plano de saúde, auxílio transporte e vale refeição. As despesas com pessoal incluem, além do pessoal administrativo alocado às diferentes unidades de negócio, também todo o pessoal alocado no centro de serviço compartilhado, e nas áreas funcionais da *holding*, incluindo as áreas de planejamento acadêmico, recursos humanos, *marketing*, planejamento financeiro, comercial, transformação digital, educação continuada, operações, novos negócios e jurídico, que atuam para todas as unidades de negócio. Acreditamos que esta estrutura matricial nos permite continuar crescendo através de abertura de novos *campi* e/ou aquisições com ganhos de escala ao mesmo tempo em que estabelecemos padrões de qualidade e de processos. As despesas gerais e administrativas incluem ainda os prestadores de serviços que atendem às áreas meio (como firmas de auditoria, escritórios de advocacia, consultores e assessores, entre outros), despesas de viagem, manutenção e licenças de *software* administrativos, assim como despesas com depreciação e amortização.

### Resultado Financeiro

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O resultado financeiro é a diferença entre as receitas e despesas financeiras. Dentre as contas que compõem as receitas financeiras temos, principalmente, os juros sobre aplicações financeiras e os juros e multas sobre mensalidades em atraso. Com relação às receitas de multa e juros sobre mensalidade em atraso é importante destacar que somente as reconhecemos quando de fato se materializam através do efetivo pagamento pelo aluno do principal em atraso, acrescido das multas e dos juros. Acreditamos que este item seja de natureza recorrente devido a uma particular dinâmica do nosso negócio, onde cerca de um terço dos alunos recorrentemente paga suas mensalidades em atraso. No grupo de despesas financeiras incluímos todos os juros relacionados a empréstimos e financiamentos, programa de parcelamento de tributos, ajustes de variação monetária e ainda multa e juros sobre pagamentos de títulos em atraso.

### Imposto de renda e contribuição social

Exceto pelos resultados da graduação, isenta de impostos federais em virtude de nossa adesão ao PROUNI, com relação às demais atividades, o IRPJ é calculado com base no resultado, ajustado ao lucro real pelas adições e exclusões previstas na legislação. A CSLL é calculada à alíquota vigente sobre o resultado antes do imposto de renda, ajustado nos termos da legislação vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais, a base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. O imposto de renda diferido ativo é reconhecido somente na proporção da probabilidade de que lucro real futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

O passivo de imposto de renda e contribuição social diferidos é integralmente reconhecido enquanto o ativo depende de sua perspectiva de realização. As alíquotas desses impostos, definidas atualmente, são de 25% para imposto de renda e 9% para contribuição social. As empresas de Ensino Superior estão inseridas no PROUNI, que estabelece, por meio da Lei nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005, isenção de determinados impostos federais, nomeadamente PIS, COFINS, Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, a Instituições de Ensino Superior que concedam bolsas de estudo integrais e parciais a alunos de baixa renda matriculados em cursos de graduação tradicional e graduação tecnológica.

### **Análise das variações de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020**

	<u>31/12/2021</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2020</u>	<u>AV (%)</u>
RECEITA LÍQUIDA	2.650,8	100,00%	1.421,9	100,00%
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	(1.249,9)	-47,15%	(683,4)	-48,06%
LUCRO BRUTO	1.400,9	52,85%	738,5	51,94%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	(1.119,7)	-42,24%	(620,3)	-43,62%
Comerciais	(167,5)	-6,32%	(167,3)	-11,77%
Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(141,8)	-5,35%		
Gerais e administrativas	(864,3)	-32,61%	(338,3)	-23,79%
Resultado da equivalência patrimonial	(0,5)	-0,02%	(3,6)	-0,25%
Outras (despesas) operacionais	54,4	2,05%	(111,1)	-7,81%
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	281,2	10,61%	118,2	8,31%
Receita financeira	76,1	2,87%	45,6	3,21%
Despesa financeira	(489,7)	-18,47%	(200,1)	-14,07%
Resultado financeiro	(413,6)	-15,60%	(154,5)	-10,87%
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	(132,4)	-4,99%	(36,3)	-2,55%
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	51,1	1,93%	(4,3)	-0,30%
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	(81,3)	-3,07%	(40,6)	-2,86%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Participação da controladora	(87,7)	-3,31%	(41,1)	-2,89%
Participação de não controladores	6,3	0,24%	0,5	0,04%

**RECEITA LÍQUIDA**

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021 no valor de R\$2.650,8 milhões, representando um aumento de 86,4% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pela expansão de 191,2% da base de alunos impulsionada pelas aquisições, principalmente das unidades em integração junho/21 (unidades que vieram da aquisição dos ativos educacionais da Laureate Brasil), evidenciando a nova escala da Companhia.

**CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, nossos custos totalizaram R\$1.249,9 milhões, o que representa um aumento de R\$566,5 milhões, em relação ao mesmo período de 2020, resultado da relevante mudança de escala da Companhia, em virtude das aquisições realizadas pela Companhia em 2021, em especial as unidades em integração junho/21. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 48,1% no exercício findo em 2020 para 47,2% no mesmo período de 2021. Essa melhora se deve aos ganhos de eficiência acadêmica e de apoio acadêmico, consequência dos benefícios de eficiência operacional de nosso modelo acadêmico de aprendizagem por competência.

**LUCRO BRUTO**

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$1.400,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o que representa um aumento de R\$662,4 milhões, em relação ao mesmo período de 2020. Em relação à receita líquida, no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 nosso lucro bruto representou 52,8%. Esta evolução está diretamente ligada às aquisições realizadas no ano e aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica.

**DESPESAS COMERCIAIS**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$309,3 milhões, ou 11,7% sobre a receita líquida, enquanto, no mesmo período de 2020 totalizaram R\$167,3 milhões ou 11,7% da receita líquida, essa estabilidade em relação ao ano anterior aconteceu tanto na linha de PDD (Provisão para Devedores Duvidosos) como nas despesas de Marketing. Após a entrada das unidades em integração junho/2021, unificamos os critérios de apuração do PDD da Companhia, levando a significativas provisões adicionais nas unidades integradas. Também contribuiu para esse aumento o maior rigor, nas unidades integradas, das práticas de renegociações de mensalidades em atraso.

**DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS**

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$864,3 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, o que representa 32,6% da receita líquida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$338,3 milhões, ou 23,8% da receita líquida. Essa elevação é relacionada principalmente às despesas corporativas, decorrentes de três principais movimentos: suporte à integração, por meio do Escritório de Transformação e Integração (ETI), a centralização de atividades que visam ganhar maior eficiência operacional e provisionamento dos planos de incentivo. À medida que o processo de integração das unidades adquiridas em junho de 2021 continue ocorrendo com o êxito obtido até o momento, esperamos observar uma maior diluição das despesas corporativas, coerente com os ganhos de escala a ser experimentado pela Companhia.

**RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL**

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, passou de um prejuízo de R\$3,6 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 para um prejuízo de R\$0,5 milhão no mesmo período de 2021. Essa melhora está em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS**

As outras (despesas) receitas operacionais totalizaram uma receita de R\$54,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, enquanto no mesmo período de 2020 totalizaram uma despesa de R\$111,1 milhões. Esse ganho significativo frente ao mesmo período de 2020 devido aos benefícios relacionados ao retorno presencial dos campi, que permitem sublocações e melhor utilização dos espaços destes locais por terceiros. Também contribuiu nesta linha a venda das escolas internacionais, conforme informado em junho/21, que gerou um impacto positivo de +R\$ 27,1 milhões neste trimestre, devido ao fechamento ocorrido em outubro/21.

**RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO**

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$413,6 milhões, ante um resultado negativo de R\$154,5 milhões no mesmo período de 2020. Este resultado é consequência direta das origens de recursos que permitiram viabilizar a estratégia de aquisições transformacionais que levaram a escala da Companhia a um patamar diferenciado além das despesas de arrendamento requeridas pela norma contábil IFRS 16.

**IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO**

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, reportamos uma receita de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$51,1 milhões, comparado a uma despesa de R\$4,3 milhões no mesmo período de 2020.

**LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO**

Em razão dos fatores acima evidenciados, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 totalizou um prejuízo de R\$87,7 milhões, ou R\$46,6 milhões abaixo do valor reportado no mesmo período de 2020, que correspondeu a um prejuízo de R\$41,1 milhões.

**Análise das variações de resultado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019**

	<u>31/12/2020</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2019</u>	<u>AV (%)</u>
RECEITA LÍQUIDA	<u>1.421,9</u>	<u>100,00%</u>	<u>1.181,5</u>	<u>100,00%</u>
	-	-	-	-
CUSTO DOS SERVIÇOS PRESTADOS	<u>(683,4)</u>	<u>-48,06%</u>	<u>(671,6)</u>	<u>-56,84%</u>
	-	-	-	-
LUCRO BRUTO	<u>738,5</u>	<u>51,94%</u>	<u>509,9</u>	<u>43,16%</u>
	-	-	-	-
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<u>(620,3)</u>	<u>-43,62%</u>	<u>(390,0)</u>	<u>-33,01%</u>
Comerciais	<u>(167,3)</u>	<u>-11,77%</u>	<u>(110,0)</u>	<u>-9,31%</u>
Gerais e administrativas	<u>(338,3)</u>	<u>-23,79%</u>	<u>(281,9)</u>	<u>-23,86%</u>
Resultado da equivalência patrimonial	<u>(3,6)</u>	<u>-0,25%</u>	<u>(2,5)</u>	<u>-0,21%</u>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Outras (despesas) operacionais	<u>(111,1)</u>	<u>-7,81%</u>	<u>4,4</u>	<u>0,37%</u>
	-	-	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO	<u>118,2</u>	<u>8,31%</u>	<u>119,9</u>	<u>10,15%</u>
	-	-	-	-
Receita financeira	<u>45,6</u>	<u>3,21%</u>	<u>27,0</u>	<u>2,29%</u>
Despesa financeira	<u>(200,1)</u>	<u>-14,07%</u>	<u>(153,2)</u>	<u>-12,97%</u>
Resultado financeiro	<u>(154,5)</u>	<u>-10,87%</u>	<u>(126,2)</u>	<u>-10,68%</u>
	-	-	-	-
LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DE IMPOSTOS	<u>(36,3)</u>	<u>-2,55%</u>	<u>(6,3)</u>	<u>-0,53%</u>
	-	-	-	-
Imposto de renda e contribuição social, corrente e diferido	<u>(4,3)</u>	<u>-0,30%</u>	<u>(3,3)</u>	<u>-0,28%</u>
	-	-	-	-
LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO	<u>(40,6)</u>	<u>-2,86%</u>	<u>(9,6)</u>	<u>-0,81%</u>
	-	-	-	-
Participação da controladora	<u>(41,1)</u>	<u>-2,89%</u>	<u>(9,6)</u>	-
Participação de não controladores	<u>0,5</u>	<u>0,04%</u>	<u>-</u>	-
	-	-	-	-

**RECEITA LÍQUIDA**

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 no valor de R\$1.421,9 milhões, representando um aumento de 20,3% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Expansão de 5,6% da base de alunos, em que as aquisições tiveram papel relevante para esse crescimento;
- ii) Aumento médio no Ticket Líquido, que segue a sua trajetória de evolução, resultado de decisões acertadas na estratégia de sua recomposição, através de ferramentas tecnológicas, projetos e iniciativas internos; e de opções igualmente estratégicas em nossas aquisições que resultaram, em conjunto, em um ticket médio líquido melhor do que a tendência reportada no ano anterior;
- iii) Início da consolidação dos resultados referentes às aquisições da Ages (agosto de 2019), Unicuritiba (fevereiro de 2020), Faseh (maio de 2020) e UniFG (julho de 2020);

**CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS**

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, nossos custos totalizaram R\$685,3 milhões, o que representa um aumento de R\$13,7 milhões, em relação ao mesmo período de 2019, em virtude do aumento de número de alunos fruto das aquisições realizadas pela Companhia. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 56,8% no exercício findo em 2019 para 48,2% no mesmo período de 2020. Essa melhora se deve principalmente aos ganhos de produtividade docente (a capacidade de colocar o maior número possível de alunos na mesma classe) e de apoio acadêmico (por meio da redução de coordenadores de cursos e aumento da capacidade dos laboratórios), consequência dos benefícios de eficiência operacional de nosso modelo acadêmico de aprendizagem por competência.

**LUCRO BRUTO**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$736,6 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o que representa um aumento de R\$226,7 milhões, em relação ao mesmo período de 2020. Em relação à receita líquida, no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 nosso lucro bruto representou 51,8%, um aumento no percentual em relação ao mesmo período de 2019 que representou 43,1%. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica (aumento do número médio de alunos por sala) e infraestrutura (utilização da capacidade instalada de nossos campi).

### DESPESAS COMERCIAIS

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$167,3 milhões, ou 11,7% sobre a receita líquida, enquanto que, no mesmo período de 2019 totalizaram R\$110,0 milhões ou 9,3% da receita líquida. Essa elevação se deu principalmente em virtude do aumento da PDD, que segue em níveis mais elevados em virtude do momento desafiador que temos enfrentado ocasionado pela pandemia COVID-19. Seguimos com nossa disciplina na metodologia de cálculo da PDD, que tem capturado o ambiente de risco provocado pelos efeitos da pandemia, com mais visibilidade no segundo semestre de 2020, uma vez que tivemos um bom desempenho no nosso processo de captação de alunos e estamos retornando as aulas presenciais em ambientes rotacionados e de forma faseada.

### DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$336,4 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, o que representa 23,6% da receita líquida. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$281,9 milhões, ou 23,8% da receita líquida. Essa elevação é fruto de centralizações de processos que costumavam acontecer nas unidades, e maior robustez da estrutura corporativa, garantindo assim, maior poder de escalabilidade e maior agilidade nas integrações das aquisições.

### RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, passou de um prejuízo de R\$2,5 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 para um prejuízo de R\$3,6 milhão no mesmo período de 2020, resultado em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

### OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

As outras (despesas) receitas operacionais totalizaram uma despesa de R\$111,1 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020, enquanto que no mesmo período de 2019 totalizaram uma receita de R\$4,4 milhões. Este aumento está relacionado principalmente a provisão para perda de *impairment* sobre a UGC de outros negócios HSM e também à redução significativa das sublocações neste período devido à pandemia no COVID-19.

### RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$154,5 milhões, ante um resultado negativo de R\$126,2 milhões no mesmo período de 2019.

Essa variação é explicada principalmente pelos juros vinculados à segunda debêntures; pelas comissões e despesas relacionadas a novas operações de crédito destinados a viabilizar nossas recentes aquisições; pelo aumento do saldo dos títulos a pagar referente às aquisições recentes; pelas despesas de arrendamento, como consequência do IFRS-16; e pelo maior nível de desconto financeiros concedidos aos alunos.

### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTE E DIFERIDO

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício encerrado em 30 de dezembro de 2020, reportamos uma despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$4,3 milhões, comparado a uma despesa de R\$3,3 milhões no mesmo período de 2019, tal redução está relacionado principalmente por algumas mais valias proveniente de aquisições terem finalizado.

### LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO PERÍODO

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

Em razão dos fatores acima evidenciados, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 totalizou um prejuízo de R\$41,1 milhões, ou R\$31,5 milhões abaixo do valor reportado no mesmo período de 2019, que correspondeu a um prejuízo de R\$9,6 milhões.

### Análise das variações de resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 em comparação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018

(Em milhões de Reais)

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	1.181,5	100,0%	1.102,5	100,0%
CUSTO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	(671,6)	(56,8)%	(707,1)	(64,1)%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO</b>	<b>509,9</b>	43,2%	<b>395,4</b>	35,9%
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	<b>(390,0)</b>	(33,0)%	<b>(356,7)</b>	(32,4)%
Comerciais	(110,0)	(9,3)%	(96,7)	(8,8)%
Gerais e administrativas	(281,9)	(23,9)%	(259,3)	(23,5)%
Resultado da equivalência patrimonial	(2,5)	(0,2)%	(2,5)	(0,2)%
Outras receitas operacionais líquidas	4,4	0,4%	1,8	0,2%
<b>RESULTADO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>119,9</b>	10,2%	<b>38,7</b>	3,5%
Resultado financeiro líquido	(126,3)	(10,7)%	(34,7)	(3,1)%
<b>LUCRO (PREJUÍZO) ANTES DOS IMPOSTOS</b>	<b>(6,4)</b>	(0,5)%	<b>4,0</b>	0,4%
Imposto de renda e contribuição social, correntes e diferidos	(3,3)	(0,3)%	(1,7)	(0,2)%
<b>LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO</b>	<b>(9,7)</b>	(0,8)%	<b>2,3</b>	0,2%

\* A partir do início de 2019, entrou em vigor a nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas. Por estarem impactados pela regra do IFRS-16, os valores de 2019 nesta tabela não são comparáveis com os valores de 2018.

#### RECEITA LÍQUIDA

Tivemos uma receita líquida no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 no valor de R\$1.181,5 milhões, representando um aumento de 7,2% se comparado ao mesmo período no ano anterior. Esta variação pode ser explicada pelos seguintes fatores:

- i) Expansão de 10,3% da base de alunos, com destaque para um crescimento de 12,2% na base de alunos da Graduação;
- ii) Repasse médio do aumento médio nos custos, especialmente referente à inflação, repassado aos alunos por meio de aumento de mensalidades e um ganho com melhor mix dos nossos cursos; e
- iii) Início da consolidação dos resultados referentes às aquisições da CESUC (julho de 2018), Faculdade Jangada (julho de 2018), Faced (janeiro de 2019) e AGES (agosto de 2019).

O aumento da receita foi parcialmente compensado por um aumento de nossos descontos médios, concentrados principalmente nas primeiras mensalidades do curso.

#### CUSTOS DOS PRODUTOS E SERVIÇOS



## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, nossos custos totalizaram R\$671,6 milhões, o que representa uma queda de R\$35,5 milhões, em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Nossos custos em relação à receita líquida passaram de 64,1% no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 para 56,8% no exercício findo em 31 de dezembro de 2019. Essa melhora se deve principalmente aos ganhos de produtividade docente (a capacidade de colocar o maior número possível de alunos na mesma classe) e de apoio acadêmico (por meio da redução de coordenadores de cursos e aumento da capacidade dos laboratórios).

### LUCRO (PREJUÍZO) BRUTO

Reportamos, dessa forma, um Lucro Bruto de R\$509,9 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, o que representa um aumento de R\$114,5 milhões, em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018. Em relação à receita líquida, tivemos nesse exercício um aumento em relação a 31 de dezembro de 2018, chegando a um Lucro Bruto que representa 43,2% da receita líquida em 31 de dezembro de 2019, comparado a 35,9% em 31 de dezembro de 2018. Esta evolução está diretamente ligada aos nossos esforços de recomposição de margens, puxados principalmente pelas melhorias de eficiência acadêmica (aumento do número médio de alunos por sala) e infraestrutura (utilização da capacidade instalada de nossos campi).

### DESPESAS COMERCIAIS

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, as despesas comerciais, compostas por marketing e PDD, totalizaram R\$110,0 milhões, ou 9,3% sobre a Receita Líquida, enquanto que no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 totalizaram R\$96,7 milhões ou 8,8% da receita líquida. Essa elevação se deu em virtude do plano de expansão orgânica, principalmente pela abertura de 8 novas unidades no início de 2019, e de iniciativas de fortalecimentos das nossas marcas, especialmente das regiões de maior competitividade.

### DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

Nossas despesas gerais e administrativas totalizaram R\$281,9 milhões em 31 de dezembro de 2019, o que representa 23,9% da receita líquida. No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018, as despesas gerais e administrativas totalizaram R\$259,3 milhões, ou 23,5% da receita líquida. Essa evolução está principalmente relacionada à nova regra contábil do IFRS-16, que alterou os critérios de reconhecimento de contratos de arrendamento no balanço das empresas a partir do início de 2019, não havendo outros fatores relevantes que sejam relacionados à referida variação.

### RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL

A sociedade constituída com a Le Cordon Bleu, que reconhecemos em nossos resultados equivalência patrimonial, um prejuízo de R\$2,5 milhão nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e de 2018, se manteve em linha com o esperado no seu plano de negócios, resultante dos investimentos feitos no período em que tem início o funcionamento dos cursos, ainda em amadurecimento.

### OUTRAS RECEITAS OPERACIONAIS LÍQUIDAS

As outras receitas operacionais líquidas totalizaram uma receita de R\$4,4 milhões em 31 de dezembro de 2019, enquanto no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2018 essas totalizaram uma receita de R\$1,8 milhão. Essa variação pode ser explicada principalmente pelo menor volume de multas e juros, fruto de um trabalho preventivo na negociação de débitos em atraso.

### RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO

No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, tivemos um resultado financeiro negativo de R\$126,3 milhões, ante um resultado negativo de R\$34,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Essa variação pode ser explicada principalmente pela nova norma contábil referente ao IFRS-16, assim como pelo incremento das despesas de juros com empréstimos decorrente de captações destinadas a viabilizar nossas recentes aquisições.

### IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL CORRENTES E DIFERIDOS

Nossos cursos de graduação gozam de benefícios do ProUni, com a isenção do imposto de renda (IR) e contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL). Desta forma, somente os cursos de pós-graduação estão sujeitos à tributação de IR e CSLL. No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, reportamos uma despesa de imposto de renda e contribuição social no valor de R\$3,3 milhões, comparado a uma despesa de R\$1,7 milhão no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, sendo que tal aumento se explica principalmente em razão do estorno de passivo de IR e CS pela

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

incorporação do imóvel da Sociesc realizada em 2018, reduzindo os valores de 2018 a patamares menores voltando ao curso de despesas normal em 2019.

### LUCRO LÍQUIDO (PREJUÍZO) DO EXERCÍCIO

Em razão dos fatores acima evidenciados, em especial o efeito do IFRS-16, que passou a ter impacto no ano de 2019, o resultado líquido acumulado no exercício findo em 31 de dezembro de 2019 totalizou um prejuízo de R\$9,7 milhões, ou R\$12,0 milhões abaixo do valor reportado no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, que foi um lucro líquido de R\$2,3 milhões.

### Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2021 comparado com 31 de dezembro de 2020

<i>(Em milhões de Reais)</i>	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	Var. 31/12/21 / 31/12/2020
<b>ATIVOS</b>					
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	237,3	2,40%	73,2	1,60%	-224,18%
Aplicações financeiras	278	2,81%	1.204,7	26,29%	76,92%
Contas a receber	603,9	6,11%	343,6	7,50%	-75,76%
Adiantamentos diversos	44,2	0,45%	25,0	0,55%	-76,80%
Direitos e empréstimos para aquisições	1,4	0,01%	-	0,00%	0,00%
Outros ativos circulantes	58,6	0,59%	46,9	1,02%	-24,95%
Impostos e contribuições a recuperar	88,6	0,90%	-	0,00%	0,00%
Derivativos	0	0,00%	413,2	9,02%	100,00%
Total dos ativos circulantes	1.312,0	13,28%	2.106,6	45,97%	37,72%
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Contas a receber	56,1	0,57%	35,4	0,77%	-58,47%
Impostos e contribuições a recuperar	17,5	0,18%	15,2	0,33%	-15,13%
Créditos com partes relacionadas	12,5	0,13%	10,8	0,24%	-15,74%
Direitos a receber por aquisições	229,9	2,33%	103,2	2,25%	-122,77%
Depósitos judiciais	141,9	1,44%	63,4	1,38%	-123,82%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,5	0,02%	1,5	0,03%	0,00%
Outros ativos não circulantes	50,8	0,51%	7,0	0,15%	-625,71%
Investimentos	42,3	0,43%	10,8	0,24%	-291,67%
Imobilizado	661,6	6,69%	370,9	8,09%	-78,38%
Direito de uso de arrendamentos	1.382,7	13,99%	608,7	13,28%	-127,16%
Intangível	5.974,0	60,45%	1.249,0	27,26%	-378,30%
Total dos ativos não circulantes	8.570,8	86,72%	2.475,9	54,03%	-246,17%
<b>TOTAL DOS ATIVOS</b>	<b>9.882,8</b>	<b>100,00%</b>	<b>4.582,5</b>	<b>100,00%</b>	<b>-115,66%</b>

### **Ativos Circulantes**

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor do ativo circulante totalizou R\$ 1.312,0 milhões em 31 de dezembro de 2021 e representava 13,28% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2020 apresentava um valor de R\$2.106,6 milhões e representava 45,97% do ativo total. A principal variação se deu pelas aplicações financeiras, que passou de um valor de R\$1.204,7 milhões em 2020 para R\$278 milhões em 31 de dezembro de 2021.

### Ativos Não Circulantes

O valor do ativo não circulante totalizou R\$8.570,8 milhões em 31 de dezembro de 2021 e representava 86,72% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2020 totalizou um valor de R\$2.475,9 milhões e representava 54,3% do ativo total. A principal variação se deu pelo aumento do ativo intangível no valor de R\$ 4.725,0 milhões, passando de um saldo de R\$ 1,249,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 5.974,0 milhões em 31 de dezembro de 2021.

(Em milhões de Reais)	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	Var. 31/12/2021 / 31/12/2020
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>					
Fornecedores	186,2	2,49%	48,8	2,37%	-281,56%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	360,4	4,82%	129,6	6,30%	-178,09%
Arrendamentos a pagar	167,4	2,24%	40,4	1,97%	-314,36%
Obrigações sociais e salariais	209,1	2,80%	97,4	4,74%	-114,68%
Obrigações tributárias	57,0	0,76%	25,3	1,23%	-125,30%
Adiantamentos de clientes	80,7	1,08%	36,7	1,79%	-119,89%
Títulos a pagar	115,4	1,54%	46,3	2,25%	-149,24%
Parcelamento de impostos e contribuições	13,2	0,18%	10,1	0,49%	-30,69%
Derivativos	1,1	0,01%	0,3	0,01%	-266,67%
Outros passivos circulantes	44,6	0,60%	6,1	0,30%	-631,15%
Total dos passivos circulantes	1.235,1	16,53%	441,0	21,45%	-180,07%
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	3.140,6	42,04%	521,2	25,35%	-502,57%
Arrendamentos a pagar	1.389,4	18,60%	626,1	30,45%	-121,91%
Adiantamentos de clientes	15,8	0,21%	7,0	0,34%	-125,71%
Débitos com partes relacionadas	0,1	0,00%	0,1	0,00%	0,00%
Derivativos	7,7	0,10%	1,9	0,09%	-305,26%
Títulos a pagar	199,3	2,67%	189,4	9,21%	-5,23%
Parcelamento de impostos e contribuições	62,0	0,83%	39,9	1,94%	-55,39%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	610,8	8,18%	111,8	5,44%	-446,33%
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	780,2	10,44%	115,0	5,59%	-578,43%
Outros passivos não circulantes	29,3	0,39%	2,5	0,12%	-1072,00%
Total dos passivos não circulante	6.235,2	83,47%	1.614,9	78,55%	-286,10%
Total dos passivos	7.470,3	100,00%	2.055,9	100,00%	-263,36%

### Passivos Circulantes

## 10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$1.235,1 milhões em 31 de dezembro de 2021 e representava 16,5% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2020 totalizou um valor de R\$441,0 milhões, representando 21,4% do nosso passivo.

### **Passivos Não Circulantes**

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$6.235,2 milhões em 31 de dezembro de 2021 e representava 83,4% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2020 totalizou um valor de R\$ R\$1.614,9 milhões e representava 78,5% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido a:

- a) Aumento dos empréstimos, financiamentos e debentures no valor de R\$2.619,4 milhões passando de um saldo de R\$ 521,2 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 3.140,6 milhões em 31 de dezembro de 2021;
- b) Aumento das provisões para riscos no valor de R\$ 665,2 milhões passando de um saldo de R\$115,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 para R\$ 780,2 milhões em 31 de dezembro de 2021.

(Em milhões de Reais)

	31/12/2021	AV (%)	31/12/2020	AV (%)	Var. 31/12/20 / 31/12/2019
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>					
Capital social integralizado	2.454	24,81%	2.454	53,55%	0,08%
Ágio em transação de capital	(70)	-0,70%	(70)	-1,52%	0,00%
Reserva de capital	33	0,34%	35	0,77%	5,11%
Ações em tesouraria	(71)	-0,72%	(38)	-0,83%	-86,39%
Reserva de lucros	35	0,37%	124	2,71%	70,50%
	<u>2.381</u>	24,09%	<u>2.505</u>	54,68%	4,97%
Participação dos acionistas não controladores	31	0,32%	21	0,46%	-48,57%
Total do patrimônio líquido	<u>2.412</u>	24,41%	<u>2.526</u>	55,13%	4,52%
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVOS</b>	<u>9.883</u>	100,00%	<u>4.582</u>	100%	-115,67%

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$2.412 milhões em 31 de dezembro de 2021. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2020, que totalizou R\$2.526 milhões, apresentamos uma diminuição no patrimônio líquido no valor de R\$114,2 milhões.

### **Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2020 comparado com 31 de dezembro de 2019**

(Em milhões de Reais)	31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	Var. 31/12/20 / 31/12/2019
<b>ATIVOS</b>					
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	73,2	1,60%	31,6	1,32%	-131,65%
Aplicações financeiras	1.204,7	26,29%	151,0	6,29%	-697,81%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Contas a receber	343,6	7,50%	213,3	8,89%	-61,09%
Adiantamentos diversos	25,0	0,55%	27,8	1,16%	10,07%
Direitos e empréstimos para aquisições	-	0,00%	2,4	0,10%	100,00%
Outros ativos circulantes	46,9	1,02%	8,5	0,35%	-451,76%
Impostos e contribuições a recuperar	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Derivativos	413,2	9,02%	21,3	0,89%	-1839,91%
Total dos ativos circulantes	2.106,6	45,97%	455,9	19,00%	-362,08%

**ATIVOS NÃO CIRCULANTES**

Contas a receber	35,4	0,77%	-	0,00%	0,00%
Impostos e contribuições a recuperar	15,2	0,33%	12,8	0,53%	-18,75%
Créditos com partes relacionadas	10,8	0,24%	9,8	0,41%	-10,20%
Direitos a receber por aquisições	103,2	2,25%	136,3	5,68%	24,28%
Depósitos judiciais	63,4	1,38%	61,1	2,55%	-3,76%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	1,5	0,03%	1,6	0,07%	6,25%
Outros ativos não circulantes	7,0	0,15%	5,0	0,21%	-40,00%
Investimentos	10,8	0,24%	-	0,00%	0,00%
Imobilizado	370,9	8,09%	367,1	15,30%	-1,04%
Direito de uso de arrendamentos	608,7	13,28%	531,5	22,15%	-14,52%
Intangível	1.249,0	27,26%	818,9	34,12%	-52,52%
Total dos ativos não circulantes	2.475,9	54,03%	1.944,1	81,00%	-27,35%
TOTAL DOS ATIVOS	4.582,5	100,00%	2.400,0	100,00%	-90,94%

**Ativos Circulantes**

O valor do ativo circulante totalizou R\$ 2.106,6 milhões em 31 de dezembro de 2020 e representava 45,97% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 apresentava um valor de R\$455,9 milhões e representava 19,0% do ativo total. A principal variação se deu pelas aplicações financeiras, que passou de um valor de R\$151,0 milhões em 2019 para R\$1.204,7 milhões em 31 de dezembro de 2020.

**Ativos Não Circulantes**

O valor do ativo não circulante totalizou R\$2.475,9 milhões em 31 de dezembro de 2020 e representava 54,03% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$1.944,1 milhões e representava 81,0% do ativo total. A principal variação se deu pelo aumento do ativo intangível no valor de R\$ 354,0 milhões, passando de um saldo de R\$ 818,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 1.212,3 milhões em 31 de dezembro de 2020.

(Em milhões de Reais)	31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)	Var. 31/12/2020 / 31/12/2019
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>					
Fornecedores	48,8	2,37%	32,0	1,87%	-52,50%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	129,6	6,30%	103,4	6,05%	-25,34%
Arrendamentos a pagar	40,4	1,97%	24,7	1,44%	-63,56%
Obrigações sociais e salariais	97,4	4,74%	75,6	4,42%	-28,84%

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Obrigações tributárias	25,3	1,23%	20,6	1,20%	-22,82%
Adiantamentos de clientes	36,7	1,79%	17,0	0,99%	-115,88%
Títulos a pagar	46,3	2,25%	65,3	3,82%	29,10%
Parcelamento de impostos e contribuições	10,1	0,49%	-	0,00%	0,00%
Derivativos	0,3	0,01%	-	0,00%	0,00%
Outros passivos circulantes	6,1	0,30%	1,3	0,08%	-369,23%
Total dos passivos circulantes	441,0	21,45%	339,9	19,88%	-29,74%
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	521,2	25,35%	587,0	34,34%	11,21%
Arrendamentos a pagar	626,1	30,45%	530,5	31,03%	-18,02%
Contas a pagar com partes relacionadas	-	0,00%	-	0,00%	0,00%
Adiantamentos de clientes	7,0	0,34%	-	0,00%	0,00%
Débitos com partes relacionadas	0,1	0,00%	-	0,00%	0,00%
Derivativos	1,9	0,09%	-	0,00%	0,00%
Títulos a pagar	189,4	9,21%	75,2	4,40%	-151,86%
Parcelamento de impostos e contribuições	39,9	1,94%	2,6	0,15%	-1434,62%
Imposto de renda e contribuição social diferidos	111,8	5,44%	70,1	4,10%	-59,49%
Provisão para perdas em investimentos	-	0,00%	2,3	0,13%	100,00%
Provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	115,0	5,59%	98,8	5,78%	-16,40%
Outros passivos não circulantes	2,5	0,12%	3,2	0,19%	21,88%
Total dos passivos não circulante	1.614,9	78,55%	1.369,7	80,12%	-17,90%
Total dos passivos	2.055,9	100,00%	1.709,6	100,00%	-20,26%

**Passivos Circulantes**

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$441,0 milhões em 31 de dezembro de 2020 e representava 21,4% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$339,9 milhões, representando 19,9% do nosso passivo.

**Passivos Não Circulantes**

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$1.614,9, milhões em 31 de dezembro de 2020 e representava 78,5% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2019 totalizou um valor de R\$1.369,7 milhões e representava 80,1% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido a:

- Aumento dos arrendamentos a pagar no valor de R\$95,6 milhões passando de um saldo de R\$ 530,5 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 626,1 milhões em 31 de dezembro de 2020;
- Aumento dos títulos a pagar no valor de R\$114,2 milhões passando de um saldo de R\$75,2 milhões em 31 de dezembro de 2019 para R\$ 189,4 milhões em 31 de dezembro de 2020.

(Em milhões de Reais)

31/12/2020	AV (%)	31/12/2019	AV (%)
------------	--------	------------	--------

**PATRIMONIO LÍQUIDO**

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<i>Capital social integralizado</i>	2.569,6	56,07%	531,4	22,14%
<i>Gastos com emissão de ações</i>	(115,9)	-2,53%	(28,6)	-1,19%
<i>Ágio em transação de capital</i>	(69,5)	-1,52%	(69,6)	-2,90%
<i>Reserva de capital</i>	35,2	0,77%	34,3	1,43%
<i>Ações em tesouraria</i>	(38,2)	-0,83%	(10,0)	-0,42%
<i>Reserva de lucros</i>	124,4	2,71%	232,9	9,70%
	2.505,6	54,68%	690,4	28,77%
<i>Participação dos acionistas não controladores</i>	21,0		-	
<i>Total do patrimônio líquido</i>	2.526,6	55,14%	690,4	28,77%
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LIQUIDO E PASSIVOS</b>	4.582,5	100%	2.400,0	100,00%

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$2.526,6 milhões em 31 de dezembro de 2020. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2019, que totalizou R\$690,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$1.836,2 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$2.038,2 milhões referente ao aumento de capital no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

**Análise das variações patrimoniais de 31 de dezembro de 2019 comparado com 31 de dezembro de 2018**

(Em milhões de Reais)

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	Var. 31/12/19 / 31/12/2018
<b>ATIVOS</b>					
<b>ATIVOS CIRCULANTES</b>					
Caixa e equivalentes de caixa	31,6	1,3%	99,5	6,9%	(68,3)%
Aplicações financeiras	151,0	6,3%	85,9	5,9%	75,8%
Contas a receber	213,3	8,9%	174,1	12,0%	22,6%
Adiantamentos diversos	27,8	1,2%	31,6	2,2%	(12,0)%
Outros ativos circulantes	5,7	0,2%	5,6	0,4%	(20,9)%
Impostos e contribuições a recuperar	4,1	0,2%	9,7	0,7%	(57,7)%
Direitos e empréstimos para aquisições	20,1	0,8%	-	n.a	n.a
Derivativos	2,4	0,1%	1,9	0,1%	29,2%
Total dos ativos circulantes	455,9	19,0%	408,2	28,2%	11,7%
<b>ATIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Adiantamentos diversos	-	n.a.	7,2	0,5%	n.a.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Depósitos judiciais	61,1	2,5%	50,3	3,5%	21,3%
Créditos com partes relacionadas	9,8	0,4%	9,5	0,7%	2,9%
Impostos e contribuições a recuperar	12,8	0,5%	12,2	0,8%	5,0%
Derivativos	-	n.a.	0,9	0,1%	n.a.
Imposto de renda e contribuição social diferido	1,6	0,1%	1,6	0,1%	0,0%
Direitos e empréstimos para aquisições	100,1	13,3%	-	n.a.	n.a.
Outros ativos não circulantes	41,1	1,7%	37,3	2,6%	10,1%
Investimentos	-	n.a.	0,2	0,0%	n.a.
Imobilizado	367,1	15,3%	301,8	20,9%	21,6%
Direito de uso de arrendamento	531,5	22,1%	-	n.a.	n.a.
Intangível	818,9	34,1%	617,2	42,7%	32,7%
Total dos ativos não circulantes	1.944,1	81,0%	1.038,3	71,8%	87,2%
TOTAL DOS ATIVOS	2.400,0	100,0%	1.446,5	100,0%	65,9%

**Ativos Circulantes**

O valor do ativo circulante totalizou R\$455,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 19,0% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 apresentava um valor de R\$408,2 milhões e representava 28,2% do ativo total. A principal variação se deu pelo Contas a receber, que passou de um valor de R\$174,1 milhões em 2018 para R\$213,3 milhões em 31 de dezembro de 2019.

**Ativos Não Circulantes**

O valor do ativo não circulante totalizou R\$1.944,1 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 81,0% do ativo total, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$1.038,3 milhões e representava 71,8% do ativo total. As principais variações nas contas do ativo não circulante são explicadas abaixo:

a) Aumento do direito de uso de arrendamento em função do IFRS-16;

b) Aumento do ativo intangível no valor de R\$201,8 milhões, passando de um saldo de R\$617,1 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$818,9 milhões em 31 de dezembro de 2019.

	31/12/2019	AV (%)	31/12/2018	AV (%)	Var. 31/12/2019 / 31/12/2018
<b>PASSIVOS CIRCULANTES</b>					
Fornecedores	32,0	1,9%	31,0	4,0%	3,2%
Empréstimos, financiamentos e debêntures	103,4	6,0%	80,5	10,3%	28,4%
Arrendamentos a pagar	24,7	1,4%	-	n.a.	n.a.
Obrigações sociais e salariais	75,6	4,4%	69,5	8,9%	8,7%
Obrigações tributárias	20,6	1,2%	18,8	2,4%	9,4%
Adiantamentos de clientes	17,0	1,0%	16,9	2,2%	n.a.
Títulos a pagar	65,3	3,8%	13,3	1,7%	390,1%
Outros passivos circulantes	1,3	0,1%	1,0	0,1%	40,2%
Total dos passivos circulantes	339,9	19,9%	231,6	29,6%	46,8%
<b>PASSIVOS NÃO CIRCULANTES</b>					
Empréstimos, financiamentos e debêntures	587,0	34,3%	316,3	40,5%	85,6%
Arrendamentos a pagar	530,5	31,0%	-	n.a.	n.a.
Débito com partes relacionadas	0,0	0,0%	0,0	0,0%	(10,0)%
Títulos a pagar	75,2	4,4%	85,7	11,0%	(12,3)%
Parcelamento de impostos e contribuições	2,6	0,2%	2,7	0,3%	(4,1)%
Imposto de renda e contribuição social diferido	70,1	4,1%	44,5	5,7%	57,3%



**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	98,8	5,8%	97,9	12,5%	0,9%
Outros passivos não circulantes	3,2	0,2%	2,5	0,3%	23,8%
Provisão para perdas em investimento	2,3	0,1%	-	-	n.a
Total dos passivos não circulantes	1.369,7	80,1%	549,6	70,4%	149,2%
<b>TOTAL DOS PASSIVOS</b>	<b>1.709,6</b>	<b>100,0%</b>	<b>781,2</b>	<b>100,0%</b>	<b>118,8%</b>

**Passivos Circulantes**

O valor do nosso passivo circulante totalizou R\$339,9 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 19,9% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$231,6 milhões, representando 29,6% do nosso passivo. Essa variação do passivo circulante ocorreu principalmente devido a:

- a) Aumento dos empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 22,9 milhões passando de um saldo de R\$ 80,5 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 103,4 milhões em 31 de dezembro de 2019;
- b) Aumento dos títulos a pagar no valor de R\$ 52,0 milhões passando de um saldo de R\$13,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 65,3 milhões em 31 de dezembro de 2019;
- c) Aumento dos arrendamentos a pagar em função do IFRS-16.

**Passivos Não Circulantes**

O valor do nosso passivo não circulante totalizou R\$1.369,7 milhões em 31 de dezembro de 2019 e representava 80,1% do total do nosso passivo, enquanto que em 31 de dezembro de 2018 totalizou um valor de R\$549,6 milhões e representava 70,4% do nosso passivo. Esse aumento ocorreu principalmente devido ao aumento dos empréstimos, financiamentos e debêntures no valor de R\$ 270,8 milhões passando de um saldo de R\$ 316,3 milhões em 31 de dezembro de 2018 para R\$ 587,0 milhões em 31 de dezembro de 2019.

(Em milhões de Reais)

	<u>31/12/2019</u>	<u>AV (%)</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>AV (%)</u>
<b>PATRIMONIO LÍQUIDO</b>				
Capital Social Integralizado	531,4	77,0%	496,4	34,3%
Gastos com emissões de ações	(28,6)	(4,1)%	-	n.a.
Reserva de capital	34,3	5,0%	5,9	0,4%
Reserva de lucros	232,9	33,7%	248,1	17,2%
Ágio em transação de capital	(69,6)	(10,1)%	( 69,6)	(4,8)%
Ações em tesouraria	(10,0)	(1,4)%	(15,6)	(1,1)%
Total do patrimônio líquido	<u>690,4</u>	<u>100,0%</u>	<u>665,2</u>	<u>46,0%</u>
<b>TOTAL DO PATRIMONIO LÍQUIDO E PASSIVOS</b>	<u>690,4</u>	<u>100,0%</u>	<u>1.446,5</u>	<u>100,0%</u>

Nosso Patrimônio líquido totalizou R\$690,4 milhões em 31 de dezembro de 2019. Se compararmos com o patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018, que totalizou R\$665,4 milhões, apresentamos um aumento no patrimônio líquido no valor de R\$25,0 milhões. O principal fator que explica essa variação é o aumento de R\$35,0 milhões referente ao aumento de capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2019.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Análise das principais variações do fluxo de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2021 comparado ao do período findo em 31 de dezembro de 2020***(Em milhões de Reais)*

	31/12/2021	31/12/2020	Var. 21 / 20 (\$)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(81,3)</b>	<b>(40,7)</b>	<b>40,6</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	141,8	-	(141,8)
Atualização (reversão) depósito judicial	(1,5)	85,5	87,0
Depreciação e amortização (exceto arrendamentos)	266,6	0,9	(265,7)
Amortização direito de uso de arrendamentos	156,4	88,3	(68,1)
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	11,4	61,5	50,1
Baixa direito de uso de arrendamentos	(2,8)	10,1	12,9
Resultado de equivalência patrimonial	0,5	(0,9)	(1,4)
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos	241,7	61,6	(180,1)
Variação cambial sobre investimentos	-	30,8	30,8
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	(0,8)	-	0,8
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	(13,5)	-	13,5
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	44,4	22,2	(22,2)
Despesa financeira de arrendamentos	150,7	27,3	(123,4)
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	(8,8)	76,2	85,0
Ajuste a valor presente financiamento estudantil	30,7	(6,4)	(37,1)
Atualização de empréstimos a terceiros	(3,9)	0,2	4,1
Remuneração baseada em ações	5,4	(2,4)	(7,8)
Valor justo com derivativos	10,0	5,8	(4,2)
Valor justo bolsa Proies	15,9	0,9	(15,0)
Valor Justo Earn Out	(62,1)	-	62,1
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	(51,1)	(1,5)	49,6
Resultado operação sale and leaseback	(6,2)	4,3	10,5
Outros ajustes	1,5	-	(1,5)
<b>Geração de Caixa Operacional Bruta</b>	<b>845,0</b>	<b>427,3</b>	<b>(417,7)</b>
Δ de contas a receber	(228,9)	(234,1)	(5,2)
Δ de adiantamentos diversos	(16,7)	3,2	19,9
Δ de depósitos judiciais	(13,5)	(8,5)	5,0
Δ de impostos e contribuições a recuperar	33,3	(3,3)	(36,6)
Δ de outros ativos	29,1	(38,7)	(67,8)
Δ de reembolso a receber de antigos proprietários	(0,1)	-	0,1
Δ de fornecedores	69,0	8,9	(60,1)
Δ de obrigações tributárias, sociais e salários	(3,5)	(4,7)	(1,2)
Δ de imposto de renda e contribuição a pagar	(32,0)	7,3	39,3
Δ de adiantamento de clientes	(1,4)	6,6	8,0
Δ de parcelamento de impostos e contribuições	(11,3)	-	11,3
Δ de provisão para riscos	(19,5)	(4,4)	15,1
Δ de outros passivos	17,2	(5,3)	(22,5)
<b>Variação nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>(178,3)</b>	<b>(273,0)</b>	<b>(94,7)</b>
Juros pagos	(118,6)	(29,5)	89,1
Juros pagos sobre arrendamento	(96,2)	-	96,2
Imposto de renda e contribuição social pagos	(10,2)	(0,4)	9,8
<b>Total de pagamentos de provisões, juros e IR e CSLL</b>	<b>(225,0)</b>	<b>(29,9)</b>	<b>195,1</b>

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>441,7</b>	<b>124,4 -</b>	<b>317,3</b>
Mútuos com partes relacionadas	(0,5)	-	0,5
Aumento de capital em investida	(1,1)	(6,3)	(5,2)
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	(3.686,2)	(148,4)	3.537,8
Venda de investimento (controladas)	500,0	-	(500,0)
Direitos de empréstimos em aquisições futura	-	(323,4)	(323,4)
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio	-	(25,0)	(25,0)
Resgate (aplicação) de/em aplicações financeiras	958,4	(1.036,4)	(1.994,8)
Rendimento de aplicações financeiras	(33,8)	(17,2)	16,6
Compra de ativo imobilizado	(76,1)	(71,5)	4,6
Adiantamento- operação sale & leaseback	162,9	-	(162,9)
Compra de ativo intangível	(106,5)	(49,1)	57,4
Alienação caixas adquiridos (PL alienada)	16,2	-	(16,2)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(2.266,7)</b>	<b>(1.677,3)</b>	<b>589,4</b>
Mútuos com partes relacionadas	-	(3,7)	(3,7)
Empréstimos, financiamentos e debêntures	2.312,4	(49,3)	(2.361,7)
Ganho (perda) com derivativos	(5,1)	3,2	8,3
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	(119,9)	(89,9)	30,0
Pagamento de arrendamentos	(156,4)	(96,3)	60,1
Aumento de capital/Custo de captação	(2,0)	1.930,9	1.932,9
Ações em tesouraria	(40,0)	(100,5)	(60,5)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>1.989,0</b>	<b>1.594,4</b>	<b>(394,6)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>164,0</b>	<b>41,5</b>	<b>(122,5)</b>

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2021 foi de R\$ 164,0 milhões. Em 31 de dezembro de 2021 tínhamos um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$237,2 milhões, em 31 de dezembro de 2020, tínhamos um saldo de R\$73,1 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2021 somavam R\$278,0 milhões, totalizava R\$515,3 milhões em disponibilidades. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais aumentou R\$ 317,3 milhões, passando de uma geração de R\$124,4 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020 para uma geração de caixa de R\$441,7 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021. Essa variação decorreu principalmente ao modelo de retenção utilizado, vindos das unidades integradas, e a operacionalização do processo de cobrança mais efetivo.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$2.266,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 e aumentaram R\$589,4 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras, em razão de captação de recursos realizada pela Companhia.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, as atividades de financiamento geraram R\$1.989,0 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$ 1.594,4 milhões no mesmo período de 2020, explicado principalmente pelo aumento de capital através da captação de recursos realizados em 2021.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Análise das principais variações do fluxo de caixa do período findo em 31 de dezembro de 2020 comparado ao do período findo em 31 de dezembro de 2019***(Em milhões de Reais)*

	31/12/2020	31/12/2019	Var. 20 / 19 (\$)
<b>Resultado Líquido</b>	<b>(40,7)</b>	<b>(9,6)</b>	<b>31,1</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	85,5	47,4	(38,1)
Atualização (reversão) depósito judicial	0,9	(2,6)	(3,5)
Depreciação e amortização	88,3	66,3	(22,0)
Amortização direito de uso de arrendamentos	61,5	56,8	(4,7)
Baixa de valor residual de imobilizado e intangível	10,1	3,2	(6,9)
Baixa direito de uso de arrendamentos	(0,9)	0,9	1,8
Equivalência patrimonial	3,6	2,5	(1,1)
Provisão por impairment	61,6	-	(61,6)
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos	30,8	29,5	(1,3)
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	22,2	3,2	(19,0)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	27,3	10,6	(16,7)
Despesa de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	76,2	66,5	(9,7)
Receita com descontos recebidos sobre arrendamentos	(6,4)	-	6,4
Receita com ajuste a valor presente financiamento Ampliar e Pravalor	0,2	(1,5)	(1,7)
Atualização de empréstimos a terceiros	(2,4)	(2,9)	(0,5)
Remuneração baseada em ações	5,8	1,0	(4,8)
Valor justo com derivativos	0,9	1,9	1,0
Valor Justo Earn Out	(1,5)	-	1,5
Imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos	4,3	3,3	(1,0)
<b>Geração de Caixa Operacional Bruta</b>	<b>427,3</b>	<b>276,5</b>	<b>(150,8)</b>
Δ contas a receber	(234,1)	(84,2)	149,9
Δ adiantamentos diversos	3,2	2,1	(1,1)
Δ depósitos judiciais	(8,5)	(9,1)	(0,6)
Δ impostos e contribuições a recuperar	(3,3)	5,0	8,3
Δ outros ativos	(38,7)	(2,9)	35,8
Δ fornecedores	7,9	(1,3)	(9,2)
Δ obrigações tributárias, sociais e salários	(4,7)	5,5	10,2
Δ adiantamento de clientes	7,3	0,1	(7,2)
Δ parcelamento de impostos e contribuições	6,6	(0,2)	(6,8)
Δ títulos a pagar	-	(1,3)	(1,3)
Δ provisão para riscos trabalhistas, tributárias e cíveis	(4,4)	(7,2)	(2,8)
Δ outros passivos	(5,4)	(4,4)	1,0
<b>Variação nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>(274,1)</b>	<b>(97,9)</b>	<b>176,2</b>
Juros pagos	(29,5)	(18,4)	11,1
Imposto de renda e contribuição social pagos	(0,4)	-	0,4

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

<b>Total de pagamentos de provisões, juros e IR e CSLL</b>	<b>(29,9)</b>	<b>(18,4)</b>	<b>11,5</b>
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>123,3</b>	<b>160,2</b>	<b>36,9</b>
Aumento de capital em controlada	(6,2)	-	6,2
Aquisições de controladas líquidas dos caixas adquiridos	(147,4)	(44,5)	102,9
Direitos de empréstimos em aquisições futura	(323,4)	(120,2)	203,2
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio	(25,0)	(29,4)	(4,4)
Aplicação de aplicações financeiras	(1.036,4)	(58,1)	978,3
Rendimento de aplicações financeiras	(17,2)	(7,0)	10,2
Compra de ativo imobilizado	(71,5)	(82,7)	(11,2)
Compra de ativo intangível	(49,1)	(33,1)	16,0
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(1.676,2)</b>	<b>(375,0)</b>	<b>1.301,2</b>
Mútuos com partes relacionadas	(3,7)	-	3,7
Empréstimos e financiamentos	(46,0)	272,9	318,9
Amortização de títulos a pagar na aquisição de controladas	(89,9)	(25,0)	64,9
Pagamento de arrendamento	(96,3)	(100,5)	(4,2)
Ações em tesouraria	(100,5)	-	100,5
Aumento de capital	1.930,9	-	(1.930,9)
Dividendos Pagos	-	(0,5)	(0,5)
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento</b>	<b>1.594,5</b>	<b>146,9</b>	<b>(1.447,6)</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>41,6</b>	<b>(67,9)</b>	<b>(109,5)</b>

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2020 foi de R\$ 41,6 milhões. Em 31 de dezembro de 2019 tínhamos um saldo de caixa e equivalentes de caixa de R\$31,6 milhões, em 31 de dezembro de 2020, tínhamos um saldo de R\$73,1 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2020 somavam R\$1.204,6 milhões, totalizava R\$1.277,8 milhões em disponibilidades. Abaixo os principais destaques com relação ao fluxo de caixa para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020:

d) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais diminuiu R\$ 36,9 milhões, passando de uma geração de R\$160,2 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 para uma geração de caixa de R\$123,3 milhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020. Essa variação decorreu principalmente pelo aumento do contas a receber das aquisições e dos efeitos das renegociações no âmbito do Programa Decola.

e) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$1.676,2 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2020 e aumentaram R\$1.301,2 milhões em relação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras, em razão de captação de recursos realizada pela Companhia.

f) Caixa gerado nas atividades de financiamento: No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, as atividades de financiamento geraram R\$1.594,5 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$ 146,9 milhões no mesmo período de 2019, explicado principalmente pelo aumento de capital através da captação de recursos realizados em 2020.

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais****Análise das principais variações do fluxo de caixa do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2019 comparado ao do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018***(Em milhões de Reais)*

	31/12/2019	31/12/2018	Var. 2019 / 2018 (\$)
<b>Lucro líquido (prejuízo) do exercício</b>	<b>(9,6)</b>	<b>2,3</b>	<b>(11,9)</b>
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	47,4	46,3	1,1
Atualização (reversão) depósito judicial	(2,6)	(0,6)	(2,0)
Depreciação e amortização	66,3	54,3	12,0
Amortização direito de uso de arrendamento	56,8	-	56,8
Baixa de valor de imobilizado e intangível	3,2	0,8	2,4
Baixa direito de uso de arrendamento	0,9	-	0,9
Equivalência patrimonial	2,5	2,5	0
Despesas de juros de empréstimos, financiamentos, debêntures e parcelamento impostos	29,5	23,1	6,4
Constituição, atualização e reversão de provisão para riscos	3,2	5,9	(2,7)
Despesas de ajuste a valor presente e correção monetária com títulos	10,6	10,8	(0,2)
Despesas de ajuste a valor presente sobre arrendamentos	66,5	-	66,5
Atualização de empréstimos a terceiros	(2,9)	(2,2)	(0,7)
Remuneração baseada em ações	1,0	(0,7)	1,7
Valor justo com derivativos	1,9	3,2	(1,3)
Despesa de ajuste a valor presente e correção monetária FIES, Ampliar e Pravalier	(1,5)	(2,5)	1,0
Imposto de Renda e Contribuição social correntes e diferidos	3,3	1,7	1,6
<b>Geração de Caixa Operacional Bruta</b>	<b>276,5</b>	<b>145,1</b>	<b>131,4</b>
Redução (aumento) de Contas a receber	(84,2)	30,9	(115,1)
Redução (aumento) de Adiantamentos diversos	2,1	5,5	(3, 4)
Redução (aumento) de Depósitos judiciais	(9,1)	(3,6)	(5,5)
Redução (aumento) de impostos e contribuições a recuperar	5,0	3,4	1,6
Redução (aumento) de outros ativos	(2,9)	(2,4)	(0,5)
(Redução) aumento de fornecedores	(1,3)	(2,2)	0,9
(Redução) aumento de obrigações tributárias, sociais e salários	5,5	14,9	(9,4)
Redução (aumento) de Adiantamento de clientes	0,1	(1,4)	1,5
(Redução) aumento de parcelamento de impostos e contribuições	(0,2)	(0,8)	0,6
(Redução) aumento de títulos a pagar	(1,3)	3,2	(4,5)
Redução (aumento) de Provisão para riscos trabalhistas, tributários e cíveis	(7,2)	(6,3)	(0,9)
Redução (aumento) de Outros ativos/passivos	(4,4)	(1,1)	(3,3)
<b>Variação nos ativos e passivos operacionais</b>	<b>(98,0)</b>	<b>40,2</b>	<b>(138, 2)</b>
Juros pagos	(18,4)	(19, 6)	1, 2
<b>Caixa líquido (aplicado nas) gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>160, 1</b>	<b>165,7</b>	<b>(5, 6)</b>
Mútuos com partes relacionadas	0,0	(9,1)	9, 1
Aquisição de controladas liquidas dos caixas adquiridos	(44,6)	(12,7)	(31,9)
Direitos de empréstimos em aquisições futura	(120,2)	-	(120,2)
Dividendos de controladas pagos após combinação de negócio	(29,4)	-	(29,4)
Resgate (aplicação) / Rendimento de aplicações financeiras	(65,1)	(3,9)	(61,2)
Compra de imobilizado e intangível	(115,8)	(113,8)	(2,0)
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento</b>	<b>(375,0)</b>	<b>(139,7)</b>	<b>(235, 3)</b>
Empréstimos e financiamentos	147, 4	92,1	55, 3

**10. Comentários dos diretores / 10.1 - Condições financeiras/patrimoniais**

Ações em tesouraria	-	(32,3)	32,3
Dividendos Pagos	(0,5)	(20,2)	19,7
<b>Caixa líquido (aplicado) gerado nas atividades de financiamento)</b>	<b>146, 9</b>	<b>39,6</b>	<b>107, 3</b>
<b>AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(68,0)</b>	<b>65,6</b>	<b>(133, 6)</b>

A geração líquida de caixa e equivalente de caixa para o período findo em 31 de dezembro de 2019 foi negativa em R\$68,0 milhões. Começamos o ano de 2019 com um saldo de caixa e equivalente de caixa de R\$99,5 milhões, e em 31 de dezembro de 2019, tínhamos um saldo de R\$31,6 milhões. Este valor, somado às nossas aplicações financeiras, que em 31 de dezembro de 2019 somavam R\$151,0 milhões, totalizava R\$182,6 milhões em disponibilidades. Abaixo estão as principais variações com relação ao fluxo de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2019:

a) Caixa gerado pelas atividades operacionais: O valor do caixa gerado pelas atividades operacionais diminuiu R\$5,6 milhões, passando de uma geração de R\$165,7 milhões no exercício findo em 31 de dezembro de 2018 para uma geração de caixa de R\$160,1 milhões exercício findo em 31 de dezembro 2019. A variação se deve principalmente pelo aumento no contas a receber.

b) Caixa aplicado nas atividades de investimentos: Nossas atividades de investimento consumiram R\$375,0 milhões em 31 de dezembro de 2019 e aumentaram R\$235,3 milhões em relação ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. Esta variação pode ser explicada pelo aumento das aplicações financeiras, em razão de captação de recursos realizada pela Companhia e aumento dos Direitos em empréstimos em aquisição futura da Unisul.

c) Caixa gerado nas atividades de financiamento: Em 31 de dezembro de 2019, as atividades de financiamento geraram R\$146,9 milhões, comparado a caixa aplicado de R\$39,6 milhões no mesmo período de 2018, explicado principalmente pela captação de recursos realizados em 2019.

## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

### 10.2 - RESULTADO OPERACIONAL E FINANCEIRO

#### a. Resultado das nossas operações:

##### i. descrição de quaisquer componentes importantes da receita

Nossa receita bruta é composta principalmente pelas mensalidades pagas pelos estudantes nos cursos ministrados em nossas controladas, bem como pelas taxas de inscrição de participantes nos eventos promovidos pela HSM, pela prestação de serviços de educação e treinamento customizados para empresas. Também integram nossa receita bruta taxas acadêmicas por diversos serviços prestados aos estudantes, tais como venda de material didático, impressão de documentos, requerimentos de revisão de notas, provas de segunda chamada, requerimento de histórico escolar, taxa de inscrição no vestibular, entre outros.

##### ii. fatores que afetaram materialmente os resultados operacionais

Em 2019, por sua vez, adquirimos os direitos de manutenção das instituições Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – Epp, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A; o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL (UNISUL), após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato; bem como a aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda (AENA), mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, por meio de sua subsidiária integral VC Network Educação S.A. (VC), também após a aprovação pelo CADE, que ocorreu de forma definitiva em fevereiro de 2020. Em 7 de maio de 2020 a Anima Educação, juntamente com sua subsidiária integral Brasil Educação S.A., adquiriu 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da Faseh. Como a transação não possuía condições suspensivas, passou a ser consolidada a partir de 7 de maio de 2020. Em 1 de julho de 2020, a Anima Educação, através de sua subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A., firmou Instrumento Particular de Aquisição de Participações Societárias, Opção de Compra e Outras Avenças do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A., que resultou na aquisição do controle da Sociedade detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG. Como a transação não possuía condições suspensivas, passou a ser consolidada a partir de 1 de julho de 2020. Em 20 de janeiro de 2021, a controlada Sociesc exerceu a opção de compra da manutenção da Unisul, firmada em 13 de novembro de 2019, e aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 20 de fevereiro de 2020. Os resultados da operação da Unisul passaram a fazer parte do resultado da Sociesc a partir de 1º de janeiro de 2021. Em 30 de abril de 2021, a Brasil Educação assinou contrato para aquisição de 100% das cotas do Centro Educacional de Formação Superior LTDA - CEFOS, controladora da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC) e da Faculdade de Administração Milton Campos (FAMC). A transação não estava sujeita à aprovação do CADE. Em 2 de novembro de 2020, a Companhia firmou contrato para aquisição dos ativos do Grupo Laureate no Brasil. Fez parte da operação a venda concomitante de 100% da FMU (“Faculdades Metropolitanas Unidas”) ao fundo Farallon, nos termos do acordo já celebrado, em que a Farallon assumiu a obrigação de comprar todas as participações futuras na FMU, por um valor de R\$ 500.000 (“Equity Value”). Dentre as condições para a efetivação da operação e para a venda da FMU para a Farallon, destaca-se a condição suspensiva para aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), nos termos da legislação aplicável. Em 23 de abril de 2021, a aquisição da totalidade dos ativos brasileiros do Grupo Laureate foi aprovada, sem restrições, pela Superintendência Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A operação foi concluída em 28 de maio de 2021, uma vez que todas as condições precedentes foram satisfeitas. Em 30 de novembro de 2021, a Inspirali assinou contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED Serviços de Educação S.A, além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026. A transação não estava sujeita à aprovação do CADE.

Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram nossos resultados operacionais nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021. Para uma discussão detalhada das principais variações percebidas em nossos resultados, vide item 10.1(h) deste Formulário de Referência.

#### **b. Variações das receitas atribuíveis a modificações de preços, taxas de câmbio, inflação, alterações de volumes e introdução de novos produtos e serviços**

Os principais fatores determinantes de nossa receita bruta, em função de sua composição, são o número de estudantes matriculados em nossos cursos e o valor das respectivas mensalidades.

O número de estudantes decorre diretamente dos processos seletivos conduzidos por nossas controladas (vestibulares) e da retenção dos estudantes matriculados desde o início até o fim dos cursos. Por sua vez, nossa capacidade de captação de estudantes depende de nossa oferta de cursos, de sua duração e do número de vagas oferecidas em cada



## 10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro

curso. Existe ainda um volume de evasão de estudantes entre a matrícula e o início do curso, impactada diretamente por questões pessoais e pela capacidade de pagamento por parte do aluno do valor do curso.

Nossas mensalidades são definidas tomando como base a estrutura de custos e necessidades de investimentos (incluindo estrutura física necessária, corpo docente e uso de material, dentre outros fatores) de cada curso bem como pela atratividade dos cursos, notadamente influenciada pelas demandas do mercado de trabalho.

Nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 86,4% no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 em relação ao mesmo período de 2020, explicado pelo crescimento da base de alunos e aumento de ticket líquido e expansão via aquisições. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020 em relação ao mesmo período de 2019, nossa receita operacional líquida apresentou aumento de 20,4, explicado pelo crescimento da base de alunos e aumento de ticket líquido e expansão via aquisições. Além disto vemos um aumento de nossos descontos médios, principalmente devido a uma nova política comercial. Exceto pelo acima disposto, não existem outros fatores que influenciaram significativamente nossas receitas.

### **c. Impacto da inflação, da variação de preços dos principais insumos e produtos, do câmbio e da taxa de juros no resultado operacional e no resultado financeiro**

#### ***Inflação***

Nosso desempenho financeiro e operacional pode ser impactado pela variação da inflação na medida em que nossos custos e despesas operacionais sofrem reajustes inflacionários. Na hipótese de uma aceleração excessiva dos índices inflacionários, o consequente aumento expressivo nos custos de nossas operações (sobretudo salários de nossos funcionários) poderia fazer com que não conseguíssemos repassar a elevação das taxas de inflação que suportamos em nossos custos para nossos serviços (mensalidades), prejudicando as nossas margens e resultados líquidos.

Nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro 2019, 2020 e 2021 as variações inflacionárias e seu respectivo aumento nos custos foram repassados às mensalidades, equilibrando-se assim nossos resultados e neutralizando os efeitos da inflação.

#### ***Variação de preços dos principais insumos e produtos***

Nossos principais insumos são os salários de nossos funcionários e professores, que não sofreram alterações significativas nos exercícios sociais findos em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 que pudessem impactar materialmente nossos resultados.

#### ***Câmbio***

Não auferimos receita atrelada a moedas estrangeiras. Desta forma, as oscilações do câmbio não interferiram nem provocaram qualquer impacto em nossos resultados operacionais. Somente na HSM, onde temos exposição cambial relacionada ao custo dos palestrantes internacionais que são contratados em moeda estrangeira, mantivemos operações de “compra” de moeda à termo (NDF – Non Deliverable Forward) em dólares, com objetivo de proteção contra a variação cambial.

#### ***Taxa de Juros***

A maior parte do nosso endividamento junto a instituições financeiras em 31 de dezembro de 2021, no montante de R\$3.509,8 milhões, era indexada à variação do CDI. Um eventual aumento significativo das taxas de juros geraria um risco de aumentos sobre o nosso endividamento, impactando de forma adversa nossas despesas financeiras. Podemos não ter condições de compensar esses aumentos com elevação dos preços de nossos serviços, o que poderia impactar negativamente, assim, nossa situação financeira, margens e resultados líquidos.

As rigorosas políticas monetárias adotadas pelo Governo Federal, inclusive com altas taxas de juros, podem restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito. De modo inverso, políticas governamentais e monetárias mais brandas e a diminuição das taxas de juros podem desencadear aumentos das taxas inflacionárias e, em consequência, a volatilidade do crescimento e a necessidade de súbitos e significativos aumentos das taxas de juros, o que poderia nos afetar negativamente. Além disso, podemos não ter condições de ajustar os preços praticados para compensar os efeitos da inflação em nossa estrutura de custos.

Para maiores informações sobre os impactos da variação das taxas de juros sobre a nossa situação financeira, vide item 5.1 deste Formulário de Referência.

**10. Comentários dos diretores / 10.2 - Resultado operacional e financeiro*****Financiamento a Estudantes***

De acordo com o MEC, o FIES (Financiamento ao Estudante de Ensino Superior) é um programa destinado a financiar a graduação na educação superior de estudantes matriculados em instituições não gratuitas. Podem recorrer ao financiamento os estudantes matriculados em cursos superiores que tenham avaliação positiva nos processos conduzidos pelo Ministério da Educação. Mudanças adotadas no programa a partir de 2015 impactaram negativamente nosso resultado. Porém, para não haver dependência do financiamento do governo, mantemos desde 2006 uma opção privada, o Pravalor, em parceria com a empresa de mesmo nome. Além disso, a Ânima lançou em 2015 o AMPLIAR, um canal de atendimento, com espaços dedicados em todas as nossas instituições, focado na assessoria, oferta e suporte completo para contratação das diversas opções de crédito estudantil, privadas ou pública. Com o Ampliar, a Ânima também aumentou as opções de financiamento a seus alunos, incluindo novas modalidades do Pravalor e a garantia educacional, que permite a ele continuar estudando mesmo que fique temporariamente desempregado. Essas iniciativas ajudaram a minimizar o impacto adverso causado em função das alterações no FIES. Para maiores informações sobre o FIES, vide item 7.5 deste Formulário de Referência.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

### 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

#### a. Introdução ou alienação de segmento operacional.

Não houve, nos exercícios sociais de 2019 e 2020, a introdução ou alienação de qualquer segmento operacional. Reportamos nossos resultados financeiros segmentados em:

- **Ensino** – que inclui, além do Ensino Superior presencial (graduação e pós-graduação), o Ensino a Distância, o Ensino Básico e o Ensino Técnico.
- **Outros Negócios** – que inclui a nossa vertical de gestão, HSM, e a EBRADI, Escola Brasileira de Direito.

No exercício social corrente, introduzimos novos segmentos e passamos a apresentar os serviços segregados entre:

- **Inspirali** – Atividades atreladas aos resultados dos cursos de graduação em medicina ou outras entidades que possuem negócios relacionados ao ecossistema de medicina.
- **Ensino** - Atividade atrelada à prestação de serviços educacionais em cursos de ensino superior e de aperfeiçoamento profissional, incluindo cursos de graduação, mestrado e doutorado (Stricto Sensu) e extensão, além do Pronatec, tanto no ensino presencial, quanto no ensino a distância.
- **Lifelong Learning** - Atividade atrelada a prestação de serviço de aperfeiçoamento profissional em cursos de pós-graduação (Lato Sensu), congressos, fóruns, seminários, cursos de especialização, cursos in-company, publicações de livros e revistas com um foco específico nas áreas de gestão e negócios, cursos preparatórios para a OAB, serviços e consultoria na área de inovação tecnológica, suporte técnico, manutenção e desenvolvimento de programas computacionais.

#### b. Constituição, aquisição ou alienação de participação societária.

Em 2019, foram realizadas três operações: em agosto celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 6 unidades, sendo um centro universitário (Paripiranga), quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contam com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. Em novembro, se deu a assinatura de Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato, entre elas a aprovação pelo CADE. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Por fim, em dezembro foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., negócio jurídico que resultará na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possui cerca de 5.200 estudantes, também após a aprovação pelo CADE.

## 10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs

Em maio de 2020, adquirimos 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA., que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da FASEH, que possui cerca de 1.034 estudantes na cidade de Vespasiano, região metropolitana de Minas Gerais. A Faseh possui um curso de medicina, autorizado em 2003, que atualmente conta com 100 vagas, sendo considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima, ou seja 5, resultados de vistoria do Ministério da Educação realizada em 2018, destacando-se pela intensa utilização de tecnologia e equipamentos de ponta. Além da Medicina, a IES conta com os cursos de Enfermagem, Fisioterapia, Direito, Engenharia Civil e Engenharia de Produção, estando sua reputação principalmente estabelecida na área da saúde. Para a Ânima Educação, a integração da FASEH representa o fortalecimento da vertical de saúde, Inspirali, somando um curso de Medicina nota máxima do MEC, adicionando também diferencial estratégico na área da saúde e possível expansão do portfólio, como alavanca de valor incremental.

Em julho de 2020, assinamos uma opção de compra, por meio da subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A. ("INSEGNARE") com todos os sócios do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A. que resultará na aquisição do controle da Sociedade, detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG – UniFG. Responsável pela formação de 3.800 alunos, o UniFG desenvolve o ensino, pesquisa e extensão por meio de 25 cursos de Graduação - em áreas do conhecimento como Saúde, em especial Medicina, com 50 vagas anuais autorizadas na sede e um novo curso em fase de aprovação na cidade de Brumado, também com 50 vagas anuais, além dos cursos de Direito e Engenharia, e de Pós-Graduação, incluindo um Mestrado em Direito (o 1º no interior do Norte e Nordeste do País).

Em 20 de janeiro de 2021, por meio da subsidiária SOCIESC, exercemos a opção de compra da manutenção da Unisul, firmada em 13 de novembro de 2019, e aprovada pelo CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica) em 20 de fevereiro de 2020. A UNISUL conta com 287 vagas anuais autorizadas de Medicina na Grande Florianópolis e em Tubarão.

Em 30 de abril de 2021, assinamos, por meio da subsidiária BRASIL EDUCAÇÃO, contrato para aquisição de 100% das cotas do Centro Educacional de Formação Superior LTDA - CEFOS, controladora da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC) e da Faculdade de Administração Milton Campos (FAMC). A transação não estava sujeita à aprovação do CADE. possuem 3 cursos autorizados, sendo destaque o curso de Direito, que possui 801 alunos (do total de 1.082 alunos da IES). Autorizado em 1975 e atualmente com 374 vagas anuais autorizadas, o curso é considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima (5), de acordo com o Ministério da Educação, sendo o primeiro colocado na aprovação da OAB em Minas Gerais e o 5º no Brasil entre as instituições privadas, diferenciando-se pela alta qualidade do ensino e do corpo docente.

Em 2 de novembro de 2020, firmamos contrato para aquisição dos ativos do Grupo Laureate no Brasil. Fez parte da operação a venda concomitante de 100% da FMU ("Faculdades Metropolitanas Unidas") ao fundo Farallon, nos termos do acordo já celebrado, em que a Farallon assumiu a obrigação de comprar todas as participações futuras na FMU, por um valor de R\$ 500.000 ("Equity Value"). Dentre as condições para a efetivação da operação e para a venda da FMU para a Farallon, destaca-se a condição suspensiva para aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), nos termos da legislação aplicável. Em 23 de abril de 2021, a aquisição da totalidade dos ativos brasileiros do Grupo Laureate foi aprovada, sem restrições, pela Superintendência Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A operação foi concluída em 28 de maio de 2021, uma vez que todas as condições precedentes foram satisfeitas. O Grupo Laureate consolida mais de 270 mil alunos, distribuídos em 11 instituições de ensino superior, localizadas em 7 estados e 13 cidades. Em São Paulo, a Universidade Anhembi Morumbi (UAM); na Bahia, a Universidade Salvador (UNIFACS); no Rio Grande do Norte, a Universidade Potiguar (UnP); no Rio Grande do Sul, o Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e o Centro Universitário FADERGS; em Pernambuco, o Centro Universitário dos Guararapes (UniFG) e a CEDEPE Business School; no Rio de Janeiro, o Centro Universitário IBMR; e, na Paraíba, a Faculdade Internacional da Paraíba (FPB). As instituições do grupo são referências em seus mercados de atuação e se destacam pela qualidade de ensino, infraestrutura e pelo completo portfólio de cursos. A saúde é a área de conhecimento de maior relevância, concentrando mais de 30% dos estudantes. O Grupo conta hoje com 897 vagas aprovadas para o curso de medicina e mais de 4.414 alunos matriculados, distribuídos entre São Paulo, São José dos Campos, Piracicaba, Salvador e Natal.

Em 23 de novembro de 2021, assinamos, por meio da subsidiária INSPIRALI, contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED Serviços de Educação S.A, além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026. A transação não estava sujeita à aprovação do CADE.

**10. Comentários dos diretores / 10.3 - Efeitos relevantes nas DFs****C. Eventos ou operações não usuais.**

Tivemos alguns eventos não usuais e de natureza não recorrente que impactaram o resultado de nossas controladas:

(em R\$ milhões)		Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
		2021	2020	2019
- Custos e Despesas de Reestruturação	(a)	-24,5	-24,3	-29,8
- Ajuste Provisão para Contingências	(b)	-	-6,2	-
- Descontinuação do GIT	(c)	-	-	-2,9
- Custo de aquisições	(d)	-56,4	-3,6	-5,8
- Provisão para <i>Impairment</i> HSM	(e)	-	-61,6	-
<b>TOTAL DE AJUSTES NÃO RECORRENTES</b>		<b>-80,9</b>	<b>-95,7</b>	<b>-38,5</b>

(a) No exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentamos valor de itens não recorrentes em patamares inferiores aos observados no mesmo período em 2018. Dentro dos esforços de gestão que temos promovido em busca de anos adicionais de eficiência, o que implica, em um primeiro momento, em gastos não recorrentes com despesas de reestruturação, no terceiro trimestre de 2019 promovemos a unificação da gestão das nossas marcas na Regional Minas Gerais/Goiás, além da junção de 4 campi (Una Barro Preto, Una Uberlândia, Una Catalão e UniSociesc Jaraguá do Sul), com a redistribuição dos alunos nas mesmas cidades ou regiões.

Em 2020, apresentamos um valor de R\$24,3 milhões referente às reestruturações administrativas das nossas unidades, sendo que foram consumidos em ajustes decorrentes da reestruturação da nova matriz curricular e estruturas administrativas e, também, destinados aos custos decorrentes da união de 4 unidades.

(b) Em 2020 tivemos provisão referentes a processos antigos, relacionados à disputas judiciais a entrega de unidades físicas da UNA.

(c) No início de 2018 decidimos simplificar as atividades desempenhadas pelo GIT, descontinuando os setores de ferramentaria e análise laboratorial, e transferir as atividades remanescentes, de consultoria e fundição, para o Instituto Ânima. Dessa forma, o GIT deixa de ser consolidado em nossos resultados e reduzimos suas respectivas estruturas de gestão. Os contratos ainda em vigor destas áreas, além dos gastos com demissão de funcionários, geraram uma receita de R\$8,1 milhões e um resultado operacional negativo de R\$8,0 milhões em 2018, e de R\$ 2,9 em 2019 que estamos excluindo de nossos resultados gerenciais.

(d) Em 2019 tivemos gastos em função da aquisição da controlada AGES. Em 2020, gastos em função das integrações de nossas unidades Unicuritiba, Faseh e UniFG. Em 2021, gastos das aquisições e integrações de Unisul, Milton Campos e unidades adquiridas dos ativos da Laureate Brasil.

(e) Em 2020, tendo em vista a elevada incerteza e baixa visibilidade sobre quais serão os impactos no setor de eventos de educação corporativa, em razão da pandemia do COVID-19, revisitamos as nossas projeções de resultados para a hsm e atualizamos o teste de *impairment* para essa unidade de negócios, com a revisão de cada uma de suas atividades, e ajuste das estimativas e premissas anteriores, adequando-as ao maior nível de risco atual. Como resultado do estudo atualizado, optamos por efetuar o registro de R\$61,6 milhões como perda por *impairment* que será considerada como uma despesa não recorrente no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020.

## 10. Comentários dos diretores / 10.4 - Mudanças práticas cont./Ressalvas e ênfases

### 10.4 - MUDANÇAS PRÁTICAS CONT./RESSALVAS E ÊNFASES

#### a. Mudanças significativas nas práticas contábeis

As nossas demonstrações financeiras consolidadas para os exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020 e 2021 foram preparadas e estão apresentadas de acordo com as Normas Internacionais de Relatórios Financeiros (*International Financial Reporting Standards – IFRS*) emitidas pelo Comitê Internacional de Normas Contábeis (*International Accounting Standards Board – IASB*) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil que compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidos pelo CPC e aprovados pela CVM.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não houve alterações.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, houve alteração de prática contábil relativa à amortização da propriedade de marcas, conforme previsto pelo CPC 23: *Políticas Contábeis, Mudanças de Estimativa e Retificação de Erro*. Esta alteração reflete o entendimento da Administração de que as marcas precisam de manutenção constante para garantir seu perfil e posicionamento perante o mercado e seu valor perante a concorrência. Por este motivo, a Companhia e suas controladas passaram a adotar, a partir de 01 de janeiro de 2020, o critério que estabelece que a vida útil estimada para suas marcas é de 30 anos, sendo que a data de vencimento das marcas era antes considerada como indefinida.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019 houve alteração de prática contábil referente a norma IFRS-16 / CPC-06 (R2), aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019.

#### b. Efeitos significativos das alterações em práticas contábeis

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2021, não houve impactos.

Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2020, a mudança da prática contábil relativa à amortização das marcas da Companhia, nos moldes do CPC 23, resultou em um impacto negativo no resultado do período de R\$ 4,9 milhões.

No exercício encerrado em 31 de dezembro de 2019, houve alteração de prática contábil referente a norma IFRS-16 / CPC-06 (R2) que foi aplicada pela Sociedade e suas controladas a partir de 1º de janeiro de 2019. Esta norma possui o objetivo de unificar o modelo de contabilização dos arrendamentos, onde os arrendatários reconhecem os passivos assumidos em contrapartida aos respectivos ativos correspondentes ao seu direito de uso para todos os contratos de arrendamento que apresente as características que estão ao alcance da norma.

A Sociedade e suas controladas optaram pela abordagem de transição retrospectiva modificada. Esta abordagem não impacta em lucros acumulados, cálculo de dividendos e patrimônio líquido na data da adoção inicial uma vez que o montante do ativo de direito de uso é igual ao passivo de arrendamentos a pagar trazidos a valor presente e possibilita a utilização de expedientes práticos.

A Sociedade e suas controladas adotaram taxas de desconto compostas por: (i) taxa livre de riscos em termos nominais de longo prazo; (ii) spread variando de acordo com a região onde o ativo está localizado e (iii) spread variando de acordo com o prazo de utilização do ativo.

Os impactos trazidos pela adoção do IFRS-16 para 31 de dezembro de 2019 foram: a) aumento no endividamento de R\$ 555,3 milhões; b) aumento no imobilizado de R\$ 531,5 milhões; c) impacto negativo no resultado do período de R\$ 124,2 milhões, composto por baixa, amortização e despesa financeira.

#### c. Ressalvas e ênfases presentes no relatório do auditor

Nossos Diretores confirmam que não houve, nas demonstrações financeiras dos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019, 2020, 2021 quaisquer ressalvas nos pareceres e relatórios dos auditores da Companhia.

## 10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas

### 10.5 - POLÍTICAS CONTÁBEIS CRÍTICAS

As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("Práticas Contábeis adotadas no Brasil") e as normas internacionais de relatório financeiro (*International Financial Reporting Standards*, emitidas pelo *International Accounting Standards Board (IASB)* ou "IFRS"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão.

No entendimento de nossos Diretores, as nossas principais políticas contábeis críticas, e que requerem a realização de julgamento, estimativas e premissas que afetam a sua aplicação, são apresentadas logo abaixo, sendo que essas foram aplicadas de modo consistente e de forma uniforme para todos os períodos e exercícios sociais apresentados, salvo disposição em contrário.

- Provisão para perdas estimadas em crédito – a provisão para perdas estimadas é calculada em montante considerado pela Administração como suficiente para cobrir eventuais perdas esperadas na realização dos créditos.
- Recuperação de imposto de renda e contribuição social diferidos - O imposto de renda e a contribuição social diferidos são registrados na medida em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para a sua compensação, e são calculados com base nas alíquotas de 15% para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real. A Sociedade avalia a realização dos créditos diferidos com base em projeções de resultado que são afetadas por premissas que podem sofrer alterações significativas.
- Prazos e Taxa de arrendamentos – A Companhia utiliza taxa livre de risco em termos nominais de longo prazo e também o *spread* de quanto a Companhia pagaria em dívidas semelhantes na mesma região de onde o ativo está localizado e no mesmo prazo de utilização do ativo.
- Redução ao valor recuperável (*impairment*) – Ativos Intangíveis e Tangíveis –

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa da Sociedade e suas controladas (ou grupos de unidades geradoras de caixa) que irão se beneficiar das sinergias da combinação. As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência quando houver indicação de que uma unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em períodos subsequentes. Quando da alienação da correspondente unidade geradora de caixa, o valor atribuível de ágio é incluído na apuração do lucro ou prejuízo da alienação.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, no fim de cada exercício, a Sociedade e suas controladas revisam o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Sociedade calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo para o qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

**10. Comentários dos diretores / 10.5 - Políticas contábeis críticas**

Quando a perda por redução ao valor recuperável é revertida subsequentemente, ocorre o aumento do valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) para a estimativa revisada de seu valor recuperável, desde que não exceda o valor contábil que teria sido determinado, caso nenhuma perda por redução ao valor recuperável tivesse sido reconhecida para o ativo (ou unidade geradora de caixa) em exercícios anteriores. A reversão da perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.



**10. Comentários dos diretores / 10.6 - Itens relevantes não evidenciados nas DFs****10.6 - ITENS RELEVANTES NÃO EVIDENCIADOS NAS DFS**

**a. Ativos e passivos detidos pelo emissor, direta ou indiretamente, que não aparecem em nosso balanço patrimonial (*off-balance sheet items*), tais como: *i. arrendamentos mercantis operacionais, ativos e passivos; ii. carteiras de recebíveis baixadas sobre as quais a entidade mantenha riscos e responsabilidades, indicando respectivos passivos; iii. contratos de futura compra e venda de produtos ou serviços; iv. contratos de construção não terminada; v. contratos de recebimentos futuros de financiamentos***

Não possuímos ativos ou passivos que não estejam refletidos em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

**b. Outros itens não evidenciados nas demonstrações financeiras**

Não aplicável, uma vez que não possuímos quaisquer itens que não estejam evidenciados nas nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

**10. Comentários dos diretores / 10.7 - Coment. s/itens não evidenciados****10.7 - COMENTÁRIOS SOBRE ITENS NÃO EVIDENCIADOS NAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS****a. Como tais itens alteram ou poderão vir a alterar as receitas, as despesas, o resultado operacional, as despesas financeiras ou outros itens das demonstrações financeiras da Companhia**

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

**b. Natureza e o propósito da operação**

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

**c. Natureza e montante das obrigações assumidas e dos direitos gerados em favor da Companhia em decorrência da operação**

Não aplicável, uma vez que não existem itens que não tenham sido evidenciados em nossas demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

### 10.8 - Plano de Negócios

#### a. Investimentos, incluindo:

##### *i. Descrição quantitativa e qualitativa dos investimentos em andamento e dos investimentos previstos*

Nossos investimentos são destinados principalmente à manutenção e expansão de nossas atividades operacionais, tendo como principal fonte de capital o caixa gerado por nossas operações. No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, nossos investimentos totalizaram R\$ 179,5 milhões. No exercício findo em 31 de dezembro de 2020, nossos investimentos totalizaram R\$120,6 milhões. Nossos investimentos envolvem a abertura de novas unidades, renovação de nossos campi, aquisição de bibliografia, ampliação e renovação de laboratórios acadêmicos, salas de aula e investimento em tecnologia de informação, envolvendo desde a aquisição e desenvolvimento de softwares como compra de computadores e outros equipamentos. Além dos investimentos de manutenção e expansão, continuamos alocando recursos em tecnologia aplicada à educação. Entre os principais projetos estão os relacionados ao desenvolvimento de conteúdo e evolução das plataformas tecnológicas para nosso ensino híbrido, modelo acadêmico (E2A) e dos nossos projetos de Inovação, dentro do nosso contexto de transformação digital. Esperamos também crescer via aquisições.

##### *ii. Fontes de financiamento dos investimentos*

Para financiamento de nossos investimentos, utilizamos principalmente os recursos provenientes do próprio caixa gerado por nossas atividades operacionais, bem como pelos financiamentos em curso e eventuais novos empréstimos captados em bancos de primeira linha, bancos de fomento ou ainda junto ao mercado de capitais.

##### *iii. Desinvestimentos relevantes em andamento e desinvestimentos previstos*

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2019 e 2020, não fizemos desinvestimentos relevantes. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, celebramos contrato de *sale & leaseback* com o fundo Vinci Imóveis Urbanos Fundo De Investimento Imobiliário – FII (“Fundo”), gerido pela Vinci Real Estate Gestora De Recursos Ltda. e administrado pela BRL Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O objeto do contrato foram dois imóveis localizados nos municípios de Porto Alegre e Canoas, no estado do Rio Grande do Sul, onde estão localizados alguns campi da UniRitter. Nos termos do contrato, o Fundo adquiriu, através de uma transação de *sale & leaseback*, a totalidade destes dois imóveis, pelo valor de R\$171.386. O ganho da operação, reconhecido no resultado, foi de R\$ 6.222.

#### **b. Desde que já divulgada, indicar a aquisição de plantas, equipamentos, patentes ou outros ativos que devam influenciar materialmente a capacidade produtiva do emissor**

Em 2019, foram realizadas três operações: em agosto celebramos, por meio de nossa subsidiária integral SOBEPE - Sociedade Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão S/A, negócio jurídico com a Ages Empreendimentos Educacionais Ltda e a Vidam Empreendimentos Educacionais Ltda – EPP, que resultou na aquisição de todas as participações societárias de referidas sociedades, detentoras dos direitos de manutenção das Instituições de Ensino da AGES. Tais instituições estão distribuídas em 6 unidades, sendo um centro universitário (Paripiranga), quatro faculdades no Estado da Bahia (Cidades de Jacobina, Senhor do Bonfim e Tucano) e uma faculdade em Sergipe (Cidade de Lagarto), e contavam, à época, com aproximadamente 5,6 mil alunos matriculados. Em novembro, se deu a assinatura de Instrumento Particular de Opção de Aquisição da Manutenção de Instituição de Ensino Superior e Outras Avenças, com a Fundação Universidade do Sul de Santa Catarina - UNISUL por meio do qual nos foi concedido o direito de adquirir a titularidade da manutenção sobre a Universidade do Sul de Santa Catarina – UNISUL, sediada na cidade de Tubarão, Estado de Santa Catarina, após superadas algumas condições suspensivas previstas no contrato. A UNISUL tem presença substancial em duas regiões de Santa Catarina, com ensino presencial em seis diferentes cidades: Tubarão, onde está sediada, Florianópolis, Palhoça, Braço do Norte, Içara e Araranguá, com um total de aproximadamente 20 mil alunos. Por fim, em dezembro foi celebrado, por meio de nossa subsidiária integral VC Network Educação S.A., negócio jurídico que resultou na aquisição da totalidade das cotas da Administradora Educacional Novo Ateneu Ltda., mantenedora do Centro Universitário – UNICURITIBA, que possui cerca de 5.200 estudantes.

Em 7 de maio de 2020 a Ânima Educação, juntamente com sua subsidiária integral Brasil Educação S.A., adquiriu 100% das cotas da INOVATTUS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA, que, por sua vez, é detentora de 51% do capital social do CESUV, sociedade mantenedora da Faseh.

## 10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios

Em 1 de julho de 2020, a Ânima Educação, através de sua subsidiária integral INSEGNARE EDUCACIONAL S.A., firmou Instrumento Particular de Aquisição de Participações Societárias, Opção de Compra e Outras Avenças do CENTRO DE EDUCAÇÃO SUPERIOR DE GUANAMBI S.A., que resultou na aquisição do controle da Sociedade detentora dos direitos de manutenção do Centro Universitário FG.

Em 30 de abril de 2021, assinamos, por meio da subsidiária BRASIL EDUCAÇÃO, contrato para aquisição de 100% das cotas do Centro Educacional de Formação Superior LTDA - CEFOS, controladora da Faculdade de Direito Milton Campos (FDMC) e da Faculdade de Administração Milton Campos (FAMC). A transação não estava sujeita à aprovação do CADE. possuem 3 cursos autorizados, sendo destaque o curso de Direito, que possui 801 alunos (do total de 1.082 alunos da IES). Autorizado em 1975 e atualmente com 374 vagas anuais autorizadas, o curso é considerado entre os melhores do país, com conceito de curso nota máxima (5), de acordo com o Ministério da Educação, sendo o primeiro colocado na aprovação da OAB em Minas Gerais e o 5o no Brasil entre as instituições privadas, diferenciando-se pela alta qualidade do ensino e do corpo docente.

Em 2 de novembro de 2020, firmamos contrato para aquisição dos ativos do Grupo Laureate no Brasil. Fez parte da operação a venda concomitante de 100% da FMU ("Faculdades Metropolitanas Unidas") ao fundo Farallon, nos termos do acordo já celebrado, em que a Farallon assumiu a obrigação de comprar todas as participações futuras na FMU, por um valor de R\$ 500.000 ("Equity Value"). Dentre as condições para a efetivação da operação e para a venda da FMU para a Farallon, destaca-se a condição suspensiva para aprovação da operação pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), nos termos da legislação aplicável. Em 23 de abril de 2021, a aquisição da totalidade dos ativos brasileiros do Grupo Laureate foi aprovada, sem restrições, pela Superintendência Geral do CADE (Conselho Administrativo de Defesa Econômica). A operação foi concluída em 28 de maio de 2021, uma vez que todas as condições precedentes foram satisfeitas. O Grupo Laureate consolida mais de 270 mil alunos, distribuídos em 11 instituições de ensino superior, localizadas em 7 estados e 13 cidades. Em São Paulo, a Universidade Anhembi Morumbi (UAM); na Bahia, a Universidade Salvador (UNIFACS); no Rio Grande do Norte, a Universidade Potiguar (UnP); no Rio Grande do Sul, o Centro Universitário Ritter dos Reis (UniRitter) e o Centro Universitário FADERGS; em Pernambuco, o Centro Universitário dos Guararapes (UniFG) e a CEDEPE Business School; no Rio de Janeiro, o Centro Universitário IBMR; e, na Paraíba, a Faculdade Internacional da Paraíba (FPB). As instituições do grupo são referências em seus mercados de atuação e se destacam pela qualidade de ensino, infraestrutura e pelo completo portfólio de cursos. A saúde é a área de conhecimento de maior relevância, concentrando mais de 30% dos estudantes. O Grupo conta hoje com 897 vagas aprovadas para o curso de medicina e mais de 4.414 alunos matriculados, distribuídos entre São Paulo, São José dos Campos, Piracicaba, Salvador e Natal.

Em 30 de novembro de 2021, assinamos, por meio da subsidiária INSPIRALI, contrato para aquisição de 51% das ações ordinárias da IBCMED Serviços de Educação S.A, além de uma opção de aquisição da totalidade da participação na sociedade até o final de 2026.

Nossos Diretores acreditam que as aquisições mencionadas continuarão a influenciar positiva e materialmente nossa capacidade produtiva.

### c. Novos produtos e serviços

#### *i. Descrição das pesquisas em andamento já divulgadas*

Não existem pesquisas em andamento já divulgadas.

#### *ii. Montantes totais gastos pelo emissor em pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não existem pesquisas para desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

#### *iii. Projetos em desenvolvimento já divulgados*

Não existem projetos em desenvolvimento já divulgados.

#### *iv. Montantes totais gastos pelo emissor no desenvolvimento de novos produtos ou serviços*

Não está em curso, atualmente, o desenvolvimento de novos produtos ou serviços em andamento.

## **10. Comentários dos diretores / 10.8 - Plano de Negócios**

## 10. Comentários dos diretores / 10.9 - Outros fatores com influência relevante

### 10.9 - OUTROS FATORES COM INFLUÊNCIA RELEVANTE

Além dos fatores mencionados no item 10.8 deste Formulário de Referência, não existem outros fatores com influência relevante.

#### ***COVID-19 - Efeitos do Novo Coronavírus sobre a Companhia***

Desde a declaração pela Organização Mundial da Saúde (“OMS”), em 11 de março de 2020, do surto de Coronavírus (COVID-19) como uma pandemia, os Governos de quase todo o mundo vêm adotando várias medidas restritivas, especialmente envolvendo isolamento social, com o objetivo de conter a disseminação do vírus, ou pelo menos mitigar a curva de contágio, a fim de possibilitar que o maior número de pessoas possa ter tratamento adequado. Já são perceptíveis diversos efeitos dessas medidas na economia mundial.

Os principais blocos econômicos e as principais economias mundiais têm lançado mão de estímulos e subsídios econômicos para superar o agravamento da recessão econômica que já se apresenta como consequência das medidas de isolamento.

No Brasil continuam sendo publicadas diversas medidas para prevenir e conter a pandemia, bem como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, que declara o estado de calamidade pública, publicado em 20 de março de 2020 e que segue em vigor. Os governos estaduais e municipais também têm mantido diversas normas que buscam restringir a circulação e aglomeração de pessoas, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

#### Impacto nas informações financeiras

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020, a Sociedade e suas controladas avaliaram o cenário perante a disseminação do surto de COVID-19 e adotamos os seguintes posicionamentos sobre os assuntos abaixo:

- Reconhecimento de receita: Não tivemos impacto em nosso reconhecimento de receita, uma vez que nossos alunos estão tendo aulas normalmente através de nossas tecnologias digitais;
- Arrendamento financeiro: Realizamos algumas negociações junto aos nossos parceiros, envolvendo descontos e ou redução nos valores de nossos espaços locados, já refletimos em nossas demonstrações financeiras os valores dos descontos obtidos;
- Risco de crédito (contas a receber de alunos): Conforme informado no item anterior fizemos um seguro para cobrir eventuais riscos de pagamento das mensalidades por parte dos alunos e também conseguimos junto ao nosso parceiro PraValer, a flexibilização das regras para obtenção de financiamento, com o objetivo de minimizar os possíveis impactos de inadimplência por parte dos alunos.
- Perdas esperadas no contas a receber: Realizamos um incremento no reconhecimento para fins de perdas esperadas com créditos com alunos. Como divulgamos acima, implementamos medidas preventivas na busca de reverter parte do impacto da PDD nos nossos resultados e buscando equilibrar retenção e sustentabilidade, de forma a possibilitar a continuidade dos estudos para o maior número de estudantes. Embora o conjunto desses esforços esteja nos trazendo sinais positivos referentes à rematrícula, a inadimplência continua sendo motivo de cuidado, dada a incerteza do ambiente macroeconômico, o que exige de nós atenção redobrada, além da continuidade e intensificação das iniciativas citadas acima;
- Redução ao valor recuperável de ativos: Atualizamos o teste de impairment para a nossa UGC HSM, que é a UGC com possibilidade de impacto em suas operações por ter como atividade operacional principal eventos e cursos In Company os quais são naturalmente impactados pelo isolamento social. Para atualização do modelo, revisamos o cenário atual para cada uma das suas atividades ofertadas por esta UGC, revendo estimativas e premissas. Diante do estudo atualizado a Sociedade optou por efetuar o registro como de R\$ 61.556 como perda por impairment, na data-base de 31 de março de 2020 e que reflete em 31 de dezembro de 2020.